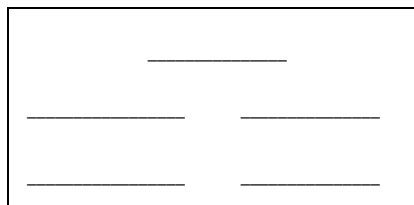




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 03/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 19/01/2026

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS

VEREADORES: ANTÓNIO JOAQUIM VINAGRE PADEIRINHA
LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE
RUTE ISABEL VINAGRE FREITAS BELGA
RUI MIGUEL DA SILVA MOISÉS, em substituição do Vereador Rui Miguel Candeias Cardoso

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

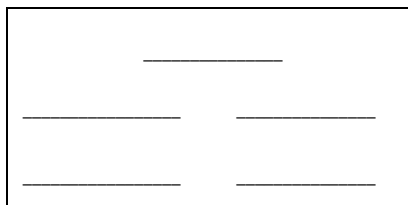
HORA DE ENCERRAMENTO: 16:15 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS:

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 12/01/2026

CAIXA	1.072,38€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.218.695,46€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/ 00000345430	349.767,48€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/00004293431	4.762,76€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/00005537330	4.415,75€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	14.329,24€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950.....	3.612,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.024,11€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950.....	674,24 €
C.G.D. – CONTA Nº 0035/00207142150	7.605,35€
B.T.A.–CONTA N.º 0018/10814784001.....	223.867,19€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	240.013,76€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/ 40122579668.....	223.718,10€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.007,65€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	7.716,26€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.421.026,57€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.127.816,89€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	139.390,79€



O Senhor Presidente, declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de cinco membros do órgão, tendo o Senhor Vereador Rui Cardoso sido substituído pelo Senhor Vereador Rui Moisés. -----
Começou por cumprimentar a Senhora Vereadora, os Senhores Vereadores, os Técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e a todos os que iriam assistir através das redes sociais. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião: -----

- 1) Aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
- 2) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
- 3) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral "Os Trabalhadores de Alcáçovas" (aniversário da Associação); -----
- 4) Proposta de manutenção de indeferimentos para a atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica do Concelho de Viana do Alentejo; -----
- 5) Proposta de aprovação do Auto de Medição, nº 10, referente à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----
- 6) Proposta de prorrogação do prazo da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo; -----
- 7) Proposta de interdição temporária do trânsito num troço da Estrada de Vila Nova, em Viana do Alentejo; -----
- 8) Proposta de emissão de Licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas para a realização de um baile comemorativo do aniversário da coletividade, no dia 18 de janeiro de 2025; -----

Período de antes da ordem do dia- Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

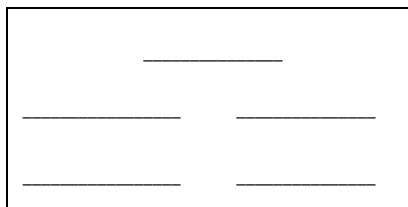
Havendo público presente na sala, o Senhor Presidente perguntou se alguém desejava intervir. Não se registando quaisquer intervenções, deu-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia. O Senhor Presidente começou por referir que, tal como os Senhores Vereadores tinham constatado, as reuniões de Câmara tinham tido, em média, cerca de 18 pontos, encontrando-se os recursos humanos dedicados a esta tarefa, situação que representava um constrangimento constante para os serviços. -----

Referiu que, devido à realização semanal das reuniões, os serviços sentiam dificuldades em dar uma resposta eficiente à preparação das mesmas, designadamente no que respeita às convocatórias, aos editais e às atas. -----

Nesse sentido, solicitou aos Senhores Vereadores da oposição para que, uma vez mais, reconsiderassem a realização de reuniões semanais e apresentassem uma nova proposta no sentido de as reuniões passarem a realizar-se com periodicidade quinzenal. -----

De seguida, abordou a realização das eleições ocorridas no dia 18, saudando a normalidade democrática que caracterizou o processo eleitoral. -----

A este propósito, deu nota de um aspeto que considerou muito positivo, designadamente a diminuição da taxa de abstenção no concelho, em 19,26 pontos percentuais, relativamente às últimas eleições presidenciais, realizadas em 2021. Considerou que tal constituía um sinal positivo, na medida em que demonstrava uma maior adesão dos cidadãos ao exercício do



direito de voto, embora reconhecesse que os valores registados ainda não correspondiam aos que seriam desejáveis, constituindo, contudo, um avanço que considerava importante assinalar. -----

Para além disso, deixou um agradecimento à GNR pela disponibilidade demonstrada ao longo do processo eleitoral, bem como à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e à Delegação da Cruz Vermelha de Alcaçovas, pela disponibilização de transporte para os cidadãos com mobilidade reduzida. -----

Deixou igualmente um agradecimento especial a todas as pessoas que participaram nas mesas de voto de cada uma das secções, em Aguiar, Alcaçovas e Viana do Alentejo, bem como aos trabalhadores do Município que estiveram envolvidos no processo eleitoral. -----

Por último, apelou à participação dos munícipes na segunda volta das eleições, a realizar no dia 8 de fevereiro, incentivando-os a exercer o seu direito de voto e a participar no processo democrático no Concelho. -----

De seguida, informou os Senhores Vereadores da comemoração do 128.º aniversário da Restauração do Concelho, realizada no dia 13 de janeiro. -----

Salientou que apenas o Senhor Vereador Rui Moisés, em substituição do Senhor Vereador Rui Cardoso, esteve presente, considerando, contudo, que se tratou de uma iniciativa bastante participada. -----

Mais uma vez, reiterou a intenção, já manifestada em anteriores reuniões de Câmara, de privilegiar a dinamização deste tipo de eventos em espaços do património cultural do concelho. A este propósito, referiu que a sessão tinha decorrido na Igreja da Graça, considerando que a utilização daquele espaço contribuiu para criar um cenário particularmente agradável para a realização da sessão, que contou com uma boa participação. Manifestou a intenção de dar continuidade à valorização do património cultural do concelho na realização deste tipo de iniciativas. -----

Deixou, igualmente, um agradecimento aos homenageados da Sessão Solene, nomeadamente, ao Dr. José Carlos Sítima, ao Dr. Luís Machado, ao Sport Clube Alcaçovense e ao mestre chocalheiro Rui Picavéu, aos quais foram atribuídas as respetivas medalhas. -----

Agradeceu ainda a presença dos representantes dos municípios e das associações que participaram na sessão, bem como a todos os trabalhadores do Município que colaboraram na organização do evento, contribuindo para o seu sucesso. -----

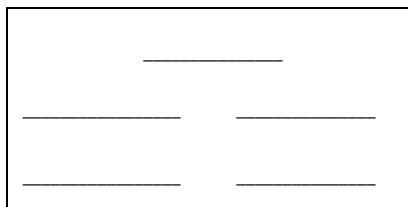
Prosseguindo, o Senhor Presidente informou que outra questão que pretendia abordar se relacionava com a reunião realizada com a Senhora Ministra da Saúde. -----

Neste sentido, esclareceu que a informação não se prendia com a realização da reunião com a Senhora Ministra da Saúde, mas com o pedido de adiamento da mesma. -----

Referiu que, antes do dia 14, recebeu um e-mail da Senhora Ministra da Saúde a solicitar o adiamento da reunião, tendo a mesma ficado reagendada para o dia 21, quarta-feira, mantendo-se exatamente nos mesmos moldes, alterando-se apenas a data da sua realização. Informou ainda que o Município se encontrava a colaborar com um conjunto de munícipes, a quem agradeceu o trabalho que estavam a desenvolver na recolha de assinaturas, no âmbito do protesto relacionado com a situação da saúde no Concelho. -----

Disse que, naquele momento, já tinham sido recolhidas mais de 700 assinaturas de munícipes, reiterando a importância deste número. -----

Disse ainda que, apesar do adiamento da reunião inicialmente prevista para o dia 14, a intenção do Município mantinha -se, estando previsto levar as assinaturas à reunião com a Senhora Ministra da Saúde, agora agendada para o dia 21. -----



Considerou que o adiamento permitia dispor de mais alguns dias para a recolha de assinaturas, agradecendo, uma vez mais, aos munícipes envolvidos, que continuavam a dinamizar este processo. -----

Esclareceu que a proposta para a realização do abaixo-assinado tinha partido dos próprios munícipes, tendo o Município concordado com a iniciativa, manifestando a expectativa de que a entrega das assinaturas à Senhora Ministra, durante a reunião, pudesse contribuir para dar maior expressão à preocupação manifestada relativamente à situação da saúde no concelho. Referindo-se ao Mapa de Pessoal, recordou que, após a reprovação, em reunião de Câmara, da proposta de mapa de pessoal, tinha sido solicitado aos membros da oposição que apresentassem uma contraproposta relativamente ao número de postos de trabalho a considerar no referido mapa. -----

Referiu que foram recebidas propostas por parte do CHEGA e, posteriormente, também por parte do Senhor Vereador e da Senhora Vereadora da CDU. -----

Na sequência das propostas apresentadas, foi elaborada uma nova proposta, que havia sido remetida aos membros da Câmara na semana anterior, e que se pretendia apresentar no período de antes da ordem do dia, eventualmente para ser discutida ou, pelo menos, para dar conhecimento aos presentes das propostas apresentadas pelas diferentes forças políticas. ---

Referiu que procuraria fazer um resumo de cada uma das propostas, uma vez que se pretendia tornar pública esta matéria, permitindo aos munícipes conhecer as questões que estavam em discussão.-----

Manifestou, por último, a expectativa de que, no final, fosse possível alcançar uma proposta articulada com as forças da oposição, para posterior inclusão de um ponto sobre o mapa de pessoal na ordem de trabalhos de uma reunião de Câmara.-----

Referiu que o Senhor Vereador do CHEGA, Rui Cardoso, tinha apresentado uma proposta que contemplava três Técnicos Superiores, quatro Assistentes Técnicos e 14 Assistentes Operacionais, correspondendo a um total de 21 novos lugares.-----

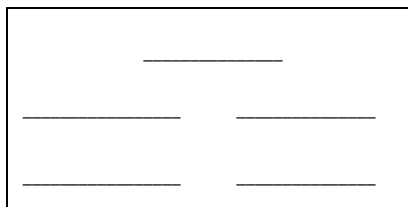
Relativamente à proposta apresentada pelos Senhores Vereadores da CDU, referiu que a mesma contemplava quatro Técnicos Superiores cinco Assistentes Técnicos e 10 Assistentes Operacionais, correspondendo a um total de 19 novos lugares, tendo ainda sido manifestada a disponibilidade para a manutenção dos procedimentos concursais já abertos. -----

De seguida, informou que a proposta elaborada pelo Executivo Municipal já tinha sido remetida aos membros da Câmara Municipal por correio eletrónico, acrescentando que pretendia igualmente proceder à sua entrega em reunião de Câmara, para que todos pudessem dela dispor. -----

Agradeceu a atenção dos membros da Câmara e verificou se todos tinham na sua posse a proposta, esclarecendo que existia uma pequena gralha na proposta apresentada pelo CHEGA, uma vez que, relativamente aos Assistentes Operacionais, onde constavam 14 lugares deveriam constar 12, passando o total a corresponder a 19 novos lugares. -----

De seguida, contextualizou a proposta apresentada pelo Executivo Municipal, referindo que, relativamente à proposta do CHEGA, que contemplava o maior número de lugares, a proposta do Executivo previa mais quatro lugares, num total de 25 novos lugares. -----

Especificou que a proposta contemplava sete lugares para Técnicos Superiores, nomeadamente: um na área do Direito, um na área da Engenharia Civil, um na área de Serviço Social, um na área do Turismo, um na área de Economia e Gestão, um na área de Organização e Gestão de Eventos Culturais e um na área de Higiene e Segurança no Trabalho. -----



Acrescentou que a proposta contemplava ainda seis lugares para Assistentes Técnicos e 12 lugares para Assistentes Operacionais. -----

Especificou que, dos seis lugares para Assistentes Técnicos, seis se destinavam aos serviços gerais, quatro aos serviços de educação e dois aos serviços de saúde. -----

Relativamente aos lugares de Técnicos Superiores, referiu que era nesta categoria que se verificavam as maiores divergências entre as propostas apresentadas, considerando que, relativamente aos Assistentes Técnicos e aos Assistentes Operacionais, existia maior convergência.-----

No que respeita ao Técnico Superior na área do Direito, considerou evidente a necessidade de o Município dispor de um profissional com conhecimentos especializados nesta área, tendo em conta o elevado número de processos existentes e de contratos que necessitam de ser revistos. Referiu ainda a existência de prestações de serviços com gabinetes externos em determinadas matérias, considerando, contudo, essencial dispor de um recurso humano interno que pudesse prestar apoio nesta área e constituísse uma mais-valia para a atividade municipal. -----

Relativamente à necessidade de um Engenheiro Civil, considerou igualmente tratar-se de um recurso muito importante para o Município. Referiu que, naquele momento, o Município dispunha de dois engenheiros civis, mas que nenhum deles se encontrava em condições de assegurar plenamente as funções de Engenharia Civil: um por não conseguir dar resposta a essas funções e outro por exercer o cargo de Chefe de Divisão.-----

Acrescentou que o Chefe de Divisão, sendo Engenheiro Civil, acabava por ter de assegurar trabalho inerente à área da Engenharia Civil, o que condicionava o exercício das funções próprias do cargo de chefia.-----

Considerou, assim, fundamental a criação de um lugar nesta área, tendo em conta as necessidades existentes e a importância de assegurar o acompanhamento técnico de diversas obras e trabalhos municipais. -----

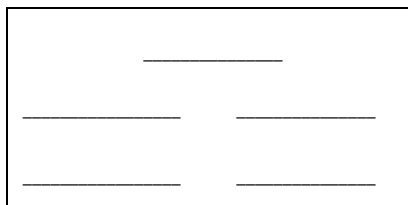
Referiu que muitas das obras e intervenções realizadas pelo Município necessitavam de acompanhamento por parte de um profissional com essas competências, dando como exemplo os problemas relacionados com a conservação das estradas municipais. Considerou importante dispor de um Técnico que pudesse efetuar medições, acompanhar trabalhos complementares e avaliar as intervenções necessárias, designadamente para determinar os custos associados à reparação das estradas. -----

Relativamente à área do Serviço Social, referiu que, atualmente, um dos técnicos dessa área se encontrava afeto à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o que condicionava a capacidade de resposta do Município, dispondo este de apenas uma Técnica exclusivamente dedicada a essas funções.-----

Considerou que, caso o Município pretendesse avançar, designadamente, com as matérias relacionadas com a habitação social, seria necessário reforçar os recursos humanos nesta área, considerando tratar-se de uma matéria fundamental, entendimento que, segundo referiu, já tinha sido manifestado no âmbito da discussão do orçamento. -----

No que respeita à área do Turismo, referiu que, nas propostas apresentadas pela oposição, era igualmente contemplada esta área, designadamente ao nível dos Assistentes Técnicos.-----

Relativamente à área do Turismo, alertou para a necessidade de, caso se pretendesse melhorar os serviços prestados nessa área, ser assegurada a existência de um Técnico com formação específica em Turismo.-----



Considerou que, embora os Assistentes Técnicos pudessem desempenhar determinadas funções nesta área, não lhes era exigida, designadamente, formação ou domínio de línguas estrangeiras, nomeadamente da língua inglesa. Nesse sentido, defendeu que, caso se pretendesse melhorar a qualidade dos serviços e da oferta turística do Município, seria necessário dispor de um Técnico qualificado na área do Turismo, considerando fundamental a criação desse lugar. -----

Quanto à área de Economia e Gestão, referiu que a necessidade estava essencialmente relacionada com as funções de direção e com a Divisão de Gestão de Recursos. Salientou que, na área da Contabilidade, o Município dispunha atualmente de apenas um Técnico superior afeto a essas funções, o trabalhador João Murteira, e que, no Serviço de Compras, se encontrava afeta a trabalhadora Ana Mata.-----

Considerou, assim, necessário reforçar os recursos humanos nestas áreas, de modo a melhorar a capacidade de resposta, quer ao nível das compras, quer na área do orçamento, contribuindo para o reforço da Divisão de Gestão de Recursos. -----

Para além disso, foi abordada a questão da necessidade de um novo Técnico de Organização e Gestão de Eventos Culturais, a qual se prende com as alterações que estão a ser efetuadas nas chefias das diferentes divisões. -----

Foi esclarecido que essas alterações não resultaram de decisões do Executivo Municipal, tendo sido determinadas pelos respetivos Chefes de Divisão, no âmbito das competências que lhes estão atribuídas. -----

Foi ainda referido que, por diversas razões, alguns trabalhadores apresentaram outras propostas profissionais ou decidiram seguir outros projetos pessoais, tendo optado por cessar funções no Município. Em consequência dessas saídas, tornou-se necessário proceder à substituição de quatro Chefes de Divisão. -----

Relativamente à Divisão de Gestão de Recursos, foi recordado que a respetiva Chefe de Divisão, Dra. Maria d'Aires, já tinha sido nomeada em regime de substituição, situação anteriormente submetida à apreciação da Câmara Municipal.-----

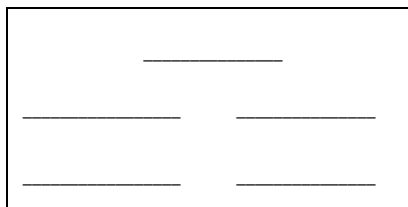
Foi igualmente referido o caso da Divisão de Administração Urbanística e Processual (DAUP), cujo Chefe de Divisão, Arquiteto João Bilo, foi nomeado em regime de substituição, na sequência da saída do anterior Chefe de Divisão, Arquiteto Miguel Machado. -----

Foi ainda comunicada a saída do Chefe de Divisão da Divisão de Infraestruturas, Municipais e Serviços Urbanos (DIMSU), Engenheiro Rui Martins, encontrando-se, nesse contexto, em curso o processo de reorganização e substituição das respetivas chefias. -----

Foi ainda referido que, na Divisão de Infraestruturas, Municipais e Serviços Urbanos (DIMSU), se verificava a necessidade de integrar um novo Engenheiro.-----

Relativamente à Divisão de Cultura e Desporto (DCD), foi igualmente mencionada a saída do respetivo Chefe de Divisão, Doutor Filipe Duarte. Neste contexto, foi explicado que a questão da organização e gestão de eventos culturais estava relacionada com a necessidade de assegurar as funções que atualmente são desempenhadas por um trabalhador do Município que se prevê seja nomeado, em regime de substituição, para o cargo de Chefe de Divisão. ----

Foi esclarecido que será proposta a nomeação, em regime de substituição, de um trabalhador do Município, João Morais, para o cargo de Chefe de Divisão, ficando, em consequência, por assegurar as funções que este trabalhador atualmente desempenha na área da Organização e Gestão de Eventos Culturais. Assim, torna-se necessário prever o preenchimento de um lugar que permita assegurar essas funções. -----



Foi ainda referida a necessidade de reforçar a área da Higiene e Segurança no Trabalho, matéria de cumprimento obrigatório por imposição legal, que atualmente é assegurada através de uma prestação de serviços, mediante contrato celebrado com uma empresa. ----- Neste âmbito, foi manifestada a necessidade de abertura de um lugar e do correspondente procedimento concursal para assegurar estas funções. -----

Foi, assim, esclarecido que a necessidade de preenchimento dos lugares de Técnicos Superiores anteriormente mencionados decorre, designadamente, das situações acima identificadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que, para além destes lugares, será igualmente necessário prever o preenchimento de três lugares para Nadadores-Salvadores.-- Na proposta anterior, não tinham sido considerados os três lugares para Nadadores-Salvadores, tendo o atual Executivo entendido, contudo, que seria pertinente prever a sua abertura, apesar das reconhecidas dificuldades de recrutamento para estas funções e da possibilidade de não ser possível proceder à sua contratação.-----

Foi referido que, caso não seja possível assegurar o recrutamento através dos procedimentos concursais, poderá ser necessário recorrer a empresas prestadoras de serviços para garantir estas funções. -----

Foi igualmente esclarecido que se trata de lugares a ocupar a termo, exclusivamente durante os três meses da época balnear, considerando-se, ainda assim, necessário manter os lugares abertos para permitir a realização dos respetivos procedimentos concursais.-----

Relativamente aos restantes lugares, foi referido que está em causa um procedimento concursal para um Técnico Superior na área das Ciências da Educação, já aberto pelo anterior Executivo, bem como dois lugares de Assistente Operacional na área da Educação, igualmente objeto de procedimentos concursais anteriormente abertos pelo anterior Executivo. -----

Destacou também que deverão ser incluídos quatro lugares destinados a cargos dirigentes, em virtude de se encontrarem em regime de substituição e de, nos termos legais, ser necessário proceder à abertura dos respetivos procedimentos concursais no prazo de 90 dias. -----

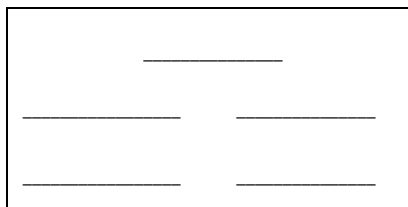
Foi também explicado que estes quatro lugares já se encontravam previstos no mapa de pessoal, pelo que a sua inclusão não representava qualquer acréscimo ao mesmo. -----

Relativamente à mobilidade intercarreiras, mencionou que estão também previstos quatro lugares, correspondentes a trabalhadores que já exercem funções no Município e que reúnem condições para a atualização da respetiva carreira, não tendo sido identificados os trabalhadores em causa, por consideração pelos próprios. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, dirigindo-se aos Senhores Vereadores, acrescentou que, da sua parte, gostaria apenas de deixar uma última nota relativamente ao número de trabalhadores a considerar, salientando a importância de ser definido e acordado o número de trabalhadores que o Executivo está disponível para integrar, seja 21, 19, 22 ou 23. -----

Referiu, contudo, que seria importante que fosse tido em consideração que o Executivo em regime de permanência é responsável pela gestão do Município e que tem procurado estabelecer prioridades em função das necessidades identificadas e das questões que foram colocadas pelos próprios Vereadores. -----

Relativamente à necessidade de um Veterinário Municipal, afirmou concordar com a sua importância. Contudo, tendo em conta a necessidade de contenção do número de trabalhadores anteriormente manifestada, solicitou que fosse dada ao Executivo a possibilidade de definir as respetivas prioridades, em função das necessidades e das áreas em que considera ser necessário reforçar os recursos humanos.-----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, embora reconheça a necessidade de um Veterinário Municipal, considera que, previamente à contratação desse profissional, será necessário resolver a situação relacionada com o canil ou espaço de acolhimento temporário de animais, relativamente à qual se verifica algum atraso.-----

Referiu, assim, que a contratação de um Veterinário Municipal deveria ser equacionada posteriormente, de forma faseada, após a resolução das questões atualmente existentes nesta área. -----

Relativamente à contratação de um Psicólogo, esclareceu que, neste momento, se encontra em desenvolvimento um projeto no âmbito do qual já existem psicólogos afetos, pelo que, em termos de prioridades, considera que a criação de um posto de trabalho nesta área poderá ser remetida para uma fase posterior.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou, deste modo, que estas foram as opções assumidas pelo Executivo, procurando justificar as prioridades definidas, e reiterou o apelo aos Senhores Vereadores para que seja permitido ao Executivo estabelecer essas prioridades, ainda que se procure chegar a um entendimento quanto ao número global de trabalhadores ou de postos de trabalho a incluir no novo Mapa de Pessoal. -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Vice-Presidente referiu que pretendia deixar algumas notas adicionais que reforçavam o que já tinha sido exposto pelo Senhor Presidente relativamente a alguns dos postos de trabalho, começando pela área da Engenharia Civil, relativamente à qual apresentou o cenário atualmente existente e que o Executivo pretende inverter. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que, na área da Engenharia Civil, existe a necessidade de assegurar a intervenção e a manutenção das estradas municipais, bem como a elaboração e execução de um plano de manutenção contínua das azinhagas municipais. -----

Acrescentou que é igualmente necessário estabelecer um planeamento regular dos fornecimentos de bens e serviços, considerando que o atual cenário não deverá manter-se, tendo em conta que poderão ocorrer situações suscetíveis de configurar fracionamento da despesa, sendo necessário assegurar um adequado planeamento nesta matéria.-----

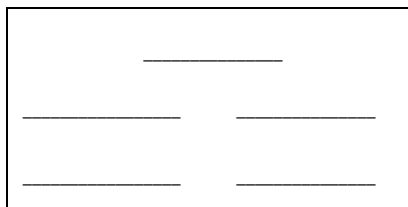
Referiu ainda a necessidade de implementar um plano regular de manutenção dos edifícios municipais, incluindo a realização de intervenções urgentes, salientando que estas matérias exigem conhecimentos e competências técnicas específicas que um Engenheiro Civil está habilitado a assegurar. -----

Mencionou igualmente a necessidade de garantir a manutenção regular dos edifícios e espaços municipais, referindo que existem, atualmente, mais de 20 equipamentos e espaços municipais que necessitam de acompanhamento e manutenção, salientando que, à medida que o património municipal vai sendo ampliado, também aumenta a necessidade de assegurar a sua conservação. -----

Acrescentou que existe ainda a necessidade de realizar pequenas fiscalizações de empreitadas, sempre que se considere que estas podem ser asseguradas internamente, bem como de acompanhar os respetivos planos de segurança. -----

O Senhor Vice-Presidente salientou que todas estas matérias integravam competências técnicas próprias da área da Engenharia Civil e que, conforme anteriormente referido pelo Senhor Presidente, o Município não dispunha, no atual Mapa de Pessoal, de recursos humanos suficientes para assegurar todas estas atribuições. -----

Esclareceu que, atualmente, um dos trabalhadores se encontra a exercer funções de Encarregado e o outro desempenha funções de Chefe de Divisão, pelo que se considera



necessário dispor de um Engenheiro Civil que possa assegurar estas e outras atribuições técnicas. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu ainda a necessidade de reforçar a área da contabilidade, salientando que, atualmente, o Município dispunha apenas de um trabalhador afeto a esta área, embora anteriormente tenha existido uma resposta com maior capacidade de recursos humanos. -----

Esclareceu que, entretanto, uma das técnicas, a Doutora Ana Mata, passou a desempenhar funções no serviço de aprovisionamento, pelo que se considerava necessário dispor de outro trabalhador que pudesse assegurar a resposta às necessidades da contabilidade, designadamente na ausência do trabalhador João Murteira. -----

Acrescentou que, caso esse seja o entendimento da respetiva Chefe de Divisão, o trabalhador a recrutar poderá também vir a desempenhar funções relacionadas com o aprovisionamento, tendo em conta a articulação existente entre estas áreas. -----

O Senhor Vice-Presidente salientou ainda que a área da contratação pública apresentava atualmente um grau de exigência superior ao verificado anteriormente, prevendo-se que essa exigência continuasse a aumentar, pelo que os serviços necessitavam de dispor dos correspondentes recursos técnicos especializados. -----

Relativamente à organização de eventos, esclareceu que se tratava de uma opção do Executivo, tendo em consideração a experiência do trabalhador João Morais nesta área. Referiu que se pretendia envolvê-lo nas tarefas de organização de eventos, atendendo à experiência que possui. -----

Na sequência da saída do Doutor Filipe Duarte, a opção do Executivo passava pela proposta de nomeação do Doutor João Morais para exercer funções de Chefe da respetiva Divisão, em regime de substituição, ficando, conseqüentemente, por assegurar as funções que anteriormente desempenhava na área da organização de eventos. -----

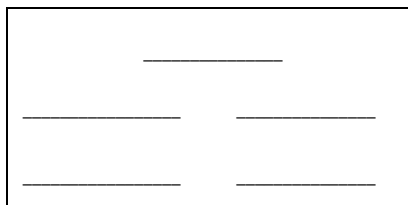
Acrescentou que, ao longo do tempo, foram saindo do Município alguns dos trabalhadores mais experientes e com maior conhecimento nesta área, considerando que a organização de eventos constitui uma atividade exigente e que o Município pretende melhorar a qualidade dos eventos realizados, bem como aumentar a eficiência na sua organização. -----

O Senhor Vice-Presidente acrescentou que a melhoria da organização dos eventos poderá também contribuir para uma maior eficiência dos recursos, nomeadamente através do recurso a pessoas com formação e competências especializadas, permitindo reduzir custos e melhorar a resposta do Município nesta área. -----

Relativamente à área do turismo, referiu que, conforme anteriormente salientado pelo Senhor Presidente, considerava-se necessário dispor de alguém que desenvolvesse e acompanhasse esta área a partir da estrutura técnica do Município. Esclareceu que existem Assistentes Técnicos que podiam desempenhar algumas destas funções, reconhecendo o trabalho destes, mas salientou que o Município não dispunha atualmente de um Técnico Superior especificamente afeto à área do turismo, razão pela qual é proposta a criação desse posto de trabalho. -----

Quanto à área do Direito, referiu que a necessidade de reforço de recursos humanos nesta área é, em seu entender, consensual. -----

O Senhor Vice-Presidente deu ainda nota de que, tendo em consideração as contrapropostas apresentadas pelos Senhores Vereadores, o Executivo decidiu retirar algumas das propostas inicialmente previstas, designadamente as relativas às áreas dos Sistemas de Informação Geográfica e da Arquitetura Paisagista. Relativamente a esta última, reconheceu tratar-se de



uma área necessária ao Município, mas esclareceu que a respetiva necessidade poderá ser novamente equacionada numa proposta futura. -----

No que respeita à área do património, referiu que o regresso da Doutora Elsa Janeiro, que não consolidou anteriormente a sua situação, permitirá que a Doutora Josélia Bruno possa passar a dedicar-se às questões relacionadas com o arquivo histórico e património municipal. Nestas circunstâncias, considerou que não se justificava, nesta fase, a criação de um novo posto de trabalho para assegurar essas funções. -----

O Senhor Vice-Presidente concluiu a sua intervenção, salientando que o processo em análise é dinâmico, razão pela qual se verificou também uma alteração relativamente à primeira proposta apresentada pelo Executivo. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador Luís Duarte que começou por manifestar o seu desagrado, referindo que já tinha transmitido essa posição ao Senhor Presidente através de e-mail, relativamente à forma como estava a decorrer a discussão em causa. -----

Declarou não concordar com a realização desta discussão no período antes da ordem do dia, considerando que se trata de uma matéria demasiado sensível e importante para ser discutida naquele momento. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte prosseguiu, defendendo que a matéria relativa ao Mapa de Pessoal deveria ser objeto de um ponto específico da ordem de trabalhos e discutida formalmente em reunião de Câmara, considerando que, embora deva ser debatida naquele órgão, não deveria ser tratada no período antes da ordem do dia, sem que lhe correspondesse um ponto específico na ordem de trabalhos. -----

Não obstante, referiu que, uma vez que a matéria estava a ser discutida, não pretendia deixar de participar no debate, pelo que apresentaria igualmente as suas considerações, reiterando, contudo, a sua discordância quanto à forma como a questão estava a ser abordada. -----

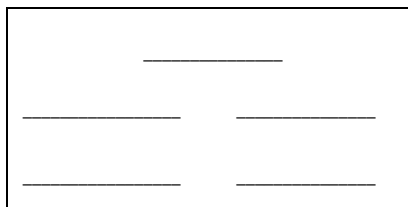
De seguida, referiu considerar relevante o apelo do Senhor Presidente ao bom senso relativamente à matéria do Mapa de Pessoal, mas recordou que, anteriormente, quando o atual Senhor Presidente integrava o Executivo, o respetivo partido e o próprio Senhor Presidente tinham votado contra o Mapa de Pessoal apresentado pelo anterior Executivo em duas ocasiões. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte considerou que a atual posição do Senhor Presidente demonstrava uma diferente perceção relativamente às necessidades de recursos humanos do Município, afirmando que a alteração de responsabilidades e de posições no Executivo permitia uma diferente apreciação dessas necessidades. -----

Referiu ainda que, atualmente, o Senhor Presidente reconhecia a necessidade de trabalhadores para assegurar o funcionamento dos serviços municipais, defendendo que essa necessidade já existia anteriormente e que a inclusão de trabalhadores no Mapa de Pessoal pelo anterior Executivo se justificava pelas necessidades do Município e pelo trabalho a desenvolver. -----

O Senhor Vereador referiu ainda que tinha algumas considerações relativamente à proposta em discussão, começando por manifestar a sua concordância com a criação de um lugar de Técnico Superior na área do Direito, conforme já havia sido referido. -----

Salientou que, na sua perspetiva, a existência de um jurista no Município era uma necessidade reconhecida, considerando que este profissional poderia prestar apoio técnico regular aos diferentes intervenientes na gestão municipal, designadamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, aos Senhores Vereadores e aos Chefes de Divisão, através da prestação de informação e esclarecimento de questões de natureza jurídica. -----



Acrescentou que existiam municípios que dispunham de mais do que um profissional desta área, defendendo, por isso, a inclusão deste posto de trabalho na proposta.-----

Relativamente à área da Medicina Veterinária, o Senhor Vereador Luís Duarte manifestou a sua discordância quanto à opção de não prosseguir, nesta fase, com a contratação de um Veterinário Municipal, considerando que se tratava de um profissional necessário ao Município.-----

Referiu ainda que, segundo o seu entendimento, a contratação de um Veterinário Municipal constituía uma obrigação do Município e que parte dos encargos associados à remuneração deste profissional era financiada por uma entidade externa, pelo que considerou que o respetivo impacto financeiro para o Município não era significativo face à importância da função-----

O Senhor Vereador referiu igualmente considerar importante a existência de um Psicólogo no Município. Contudo, reconheceu que o Executivo estabeleceu outras prioridades relativamente aos lugares a incluir no Mapa de pessoal, considerando tratar-se de uma opção da sua responsabilidade. -----

Acrescentou que também considerava necessária a existência de mais um Assistente Social, atendendo às atuais necessidades sociais e às que previsivelmente se colocarão no futuro, defendendo que o reforço desta área não seria excessivo para um Município de Viana do Alentejo.-----

Relativamente à área da Engenharia Civil, o Senhor Vereador manifestou, contudo, a sua discordância quanto à proposta de criação de um novo lugar de Engenheiro civil, considerando que, na sua perspetiva, não se justificava o reforço desta área. -----

Referiu que o Município dispunha já de dois Engenheiros Cíveis e questionou a necessidade de proceder à contratação de outro profissional. Acrescentou que um dos engenheiros já desempenhou anteriormente diversas funções nesta área, salientando a experiência adquirida e o trabalho que, segundo referiu, desenvolveu ao serviço do Município.-----

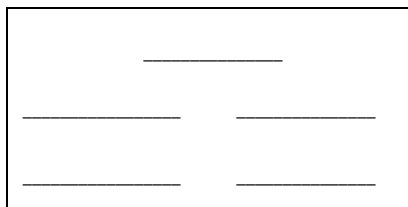
O Senhor Vereador Luís Duarte prosseguiu, referindo que, durante o mandato anterior, o Engenheiro Civil acompanhou diversas obras e intervenções realizadas pelo Município, mencionando, a título de exemplo, a EBIS, os dois polos do Centro de Saúde, a ampliação do Centro de Saúde, o ASA, parques infantis e campos de padel, bem como o apoio às candidaturas apresentadas pelo Município, que, segundo referiu, foram numerosas. -----

Reconheceu que se tratava de um volume significativo de trabalho, considerando, contudo, que o Engenheiro Civil conseguiu assegurar o acompanhamento das referidas intervenções. Acrescentou que, tendo em conta o reduzido volume de obras que, na sua perspetiva, o atual Executivo pretende assumir, não considera justificada a criação de um novo lugar de Engenheiro Civil.-----

Referiu ainda que, caso fosse necessário, as funções poderiam ser repartidas com o outro Engenheiro Civil atualmente ao serviço do Município, relativamente ao qual afirmou não desempenhar o mesmo tipo de funções. -----

Concluiu, assim, que, da parte do seu grupo, não veem favoravelmente a integração de um novo lugar de Engenheiro Civil no Mapa de Pessoal.-----

Relativamente à área do turismo, o Senhor Vereador Luís Duarte afirmou que esta é da responsabilidade do atual Executivo, designadamente do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador com o respetivo pelouro, considerando que foram tomadas opções políticas relativamente à organização e afetação dos recursos humanos nesta área.-----



Referiu, concretamente, que, na sua perspetiva, o Executivo optou por retirar uma Técnica Superior de Turismo das funções que anteriormente desempenhava, para assumir funções de natureza política, considerando que se tratava de uma profissional com elevada experiência e competência na área do turismo. -----

O Senhor Vereador considerou, por isso, que o atual Executivo deveria ter ponderado essa opção aquando da decisão de afetar a referida. Técnica a funções de natureza política, não devendo agora ser imputada à oposição a responsabilidade de reforçar a área do turismo através da criação de um novo posto de trabalho. -----

O Senhor Vereador acrescentou que, na sua perspetiva, a aprovação da proposta apresentada pelo Executivo relativamente a alguns destes lugares poderia traduzir-se, em última análise, numa concordância com o reforço do respetivo Gabinete de Apoio, manifestando a sua discordância quanto a essa possibilidade. -----

Relativamente à área da Economia e Gestão, referiu conhecer bem a organização e o funcionamento do Município e considerou que, caso o trabalho seja devidamente organizado, não se justifica, na sua perspetiva, a criação de mais um posto de trabalho de Técnico Superior nesta área. -----

Mencionou que existem atualmente vários trabalhadores com formação e experiência suscetíveis de assegurar funções nesta área, referindo, as Técnicas Superiores Maria d'Aires, Marta Ferro, Lénia Encarnação, Luísa Mouro, Paula Coelho e Ana Mata. Considerou, por isso, que a questão deverá ser, sobretudo, de organização e de adequada afetação dos recursos humanos existentes. -----

O Senhor Vereador referiu ainda que, na sua opinião, poderá ser necessário proceder a uma melhor organização do trabalho e à definição mais adequada das funções atribuídas aos trabalhadores, de modo a assegurar uma utilização mais eficiente dos recursos humanos disponíveis. -----

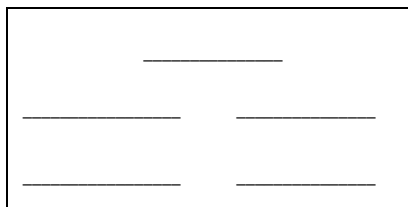
Relativamente à proposta de criação de um lugar na área da Organização e Gestão de Eventos Culturais, considerou que a situação é, em parte, semelhante à anteriormente referida relativamente ao turismo. -----

Explicou que, também nesta área, foram alteradas as funções anteriormente desempenhadas por uma trabalhadora com elevada experiência na organização de eventos, referindo que se tratava de uma Assistente Técnica, e não de uma Técnica Superior, mas que, segundo afirmou, possuía uma longa experiência e estava muito habituada a assegurar este tipo de funções. ----

O Senhor Vereador prosseguiu, referindo que, também neste caso, a trabalhadora anteriormente afeta à organização de eventos foi retirada dessas funções para assumir um cargo de natureza política. Considerou que o Executivo está, assim, a solicitar à oposição que concorde com a criação de um novo posto de trabalho que, na sua perspetiva, se destinará, em última análise, a reforçar o Gabinete de Apoio do Executivo. -----

O Senhor Vereador afirmou ainda que admitia a possibilidade de o trabalhador João Morais vir a ser proposto para exercer funções de Chefe de Divisão, ainda que temporariamente, enquanto decorre o procedimento concursal para o preenchimento do respetivo cargo. -----

Acrescentou que, na sua perspetiva, poderá posteriormente verificar-se uma reorganização dos recursos humanos afetos à área da comunicação, através da integração do trabalhador João Morais nesse conjunto de funções, considerando que este trabalhador se encontra atualmente associado à área da comunicação e não diretamente à Divisão de Cultura e Desporto (DCD). -----



Concluiu que esta eventual reorganização deverá ser considerada na apreciação da proposta de criação do novo posto de trabalho na área da Organização e Gestão de Eventos Culturais.

O Senhor Vereador disse ainda que, caso os trabalhadores atualmente afetos à área da comunicação fossem integrados na estrutura da Divisão de Cultura e Desporto (DCD), considerava que existiriam recursos humanos suficientes para assegurar as respetivas funções, não se justificando, na sua perspetiva, a criação de um novo posto de trabalho na área da Organização e Gestão de Eventos. -----

Referiu ainda a experiência do Senhor Vice-Presidente na área da Organização de Eventos, salientando que, embora este desempenhe atualmente funções políticas enquanto Vereador, possui uma experiência significativa nesta matéria e poderá assegurar uma parte importante do acompanhamento da área, com o apoio dos trabalhadores que já integram os serviços. ---

O Senhor Vereador considerou, assim, que, tendo em conta a experiência do Senhor Vice-Presidente e dos trabalhadores atualmente afetos à área, não se justificava a criação de um novo posto de trabalho para a organização e gestão de eventos culturais. -----

Acrescentou que os trabalhadores que já desempenham funções nesta área possuíam experiência e conhecimento acumulado, considerando que a estrutura responsável pela organização dos eventos tem, ao longo dos anos, assegurado o desenvolvimento das respetivas atividades de forma adequada. -----

Concluiu, por isso, que, na perspetiva da CDU, não verificava a necessidade de integrar um novo posto de trabalho na área da Organização e Gestão de Eventos Culturais. -----

Relativamente à área da Higiene e Segurança no Trabalho, o Senhor Vereador referiu que, embora reconhecesse o caráter obrigatório destas funções, considerava que poderiam ser ponderadas alternativas dentro do próprio Município, designadamente através de uma reorganização dos recursos humanos existentes. -----

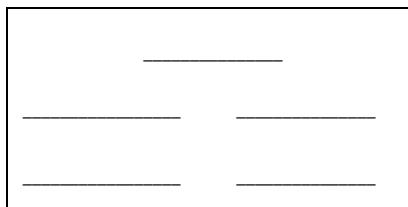
Referiu, a este propósito, que, caso seja contratado, através de uma prestação de serviços, alguém especificamente afeto ao SIADAP, a técnica atualmente responsável pela área da higiene e segurança no trabalho ficaria com maior disponibilidade para assegurar outras funções, uma vez que uma parte significativa do seu tempo de trabalho se encontra atualmente afeta ao SIADAP. -----

Concluída a apreciação dos lugares de Técnicos Superiores, o Senhor Vereador Luís Duarte passou à análise dos lugares de Assistentes Técnicos, referindo que, relativamente à Divisão de Administração Urbanística e Processual (DAUP), concordava plenamente com a criação de mais um lugar, considerando necessário o reforço de recursos humanos nessa Divisão. -----

Referiu que a necessidade identificada para os postos de turismo não seria resolvida através da criação de um lugar de Técnico Superior, considerando que as funções em causa poderiam ser asseguradas por Assistentes Técnicos. Nesse sentido, afirmou que concordaria com a criação de dois lugares de Assistentes Técnicos para o Posto de Turismo e para o Paço dos Henriques, por considerar que esses lugares seriam necessários e fariam sentido para o Município. -----

Relativamente à Divisão de Infraestruturas Municipais de Serviços Urbanos (DIMSU), manifestou concordância com a criação de mais um lugar de Assistente Técnico, considerando que existe efetivamente necessidade de reforço de recursos humanos naquela Divisão. -----

Manifestou igualmente concordância com o reforço de Assistentes Técnicos na Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social (DESI), considerando também necessária a existência de mais recursos humanos nessa área. -----



No que respeita aos Assistentes Operacionais, referiu concordar com a criação de quatro lugares destinados à área da educação, tendo, contudo, questionado a afetação concreta dos mesmos, uma vez que, na proposta apresentada pelo Senhor Presidente, os lugares são identificados como sendo destinados à educação. Considerou importante esclarecer se os quatro assistentes operacionais se destinariam especificamente às escolas ou se ficariam afetos à área da educação, uma vez que, na sua perspetiva, são situações distintas. -----

Acrescentou que, caso os lugares sejam destinados genericamente à área da Educação, os quatro Assistentes Operacionais poderão, posteriormente, ser afetos a outros serviços ou estruturas municipais dessa área, pelo que considerou necessário clarificar a respetiva afetação. -----

O Senhor Vereador acrescentou que, relativamente aos quatro Assistentes Operacionais destinados à área da Educação, a sua posição seria no sentido de que os mesmos fossem afetos às escolas, através de contratos de trabalho sem termo. -----

Recordou a necessidade, já anteriormente defendida, de reforçar o número de trabalhadores municipais afetos às escolas, referindo que a proposta de contratação de seis trabalhadores para esse efeito não mereceu, segundo afirmou, a aprovação do Partido Socialista. -----

Explicou que a sua intenção seria assegurar que as escolas passassem a dispor de trabalhadores do Município com vínculo estável, reduzindo progressivamente a dependência de trabalhadores integrados em programas de emprego ou outras medidas de apoio à contratação, cuja permanência é, em regra, limitada no tempo. -----

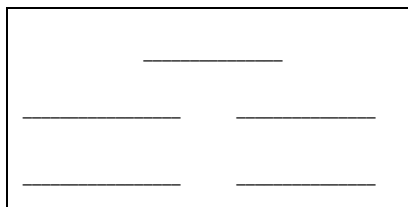
Considerou que a existência de trabalhadores municipais com maior estabilidade permitiria assegurar uma maior continuidade no acompanhamento das crianças, reduzindo a rotatividade e a sucessiva substituição de trabalhadores que permanecem nas escolas por períodos de apenas alguns meses, e possibilitando um maior conhecimento das crianças e da dinâmica escolar. -----

O Senhor Vereador reiterou a sua concordância com a afetação de trabalhadores às escolas, referindo que, conforme já havia anteriormente defendido, considerava que deviam ser assegurados por trabalhadores do Município, e não predominantemente por pessoas integradas em programas de emprego. -----

Recordou que, além da proposta relativa ao Mapa de Pessoal, tinha sido apresentada anteriormente uma proposta específica para o reforço de trabalhadores nas escolas, com a previsão de seis lugares, a qual, segundo afirmou, não mereceu aprovação do Partido Socialista. -----

Relativamente à criação de seis lugares de Assistentes Operacionais para os serviços gerais, manifestou igualmente a sua concordância, considerando que estes trabalhadores são necessários. Referiu que, caso a sua afetação seja ao estaleiro municipal, considerava a medida adequada, podendo os trabalhadores, nesse âmbito, assegurar funções de serviços gerais e, eventualmente, outras tarefas, designadamente na área da limpeza. -----

Acrescentou que o reforço dos trabalhadores do Município e a substituição progressiva dos trabalhadores afetos às escolas, integrados em programas de emprego, por trabalhadores com vínculo ao Município permitiriam assegurar maior estabilidade dos recursos humanos e reduzir a dependência daqueles programas. Considerou, ainda, que os trabalhadores temporariamente afetos às escolas poderiam, progressivamente, ser encaminhados para outras tarefas municipais, designadamente na manutenção de espaços verdes, limpeza ou outras funções.



Neste contexto, solicitou informação sobre o atual número de trabalhadores municipais afetos às escolas, bem como sobre o número de trabalhadores integrados em programas de emprego e a respetiva evolução, considerando estes dados relevantes para a análise da situação e para o acompanhamento do reforço dos recursos humanos nesta área. Solicitou, assim, que a referida informação lhe fosse facultada posteriormente, logo que possível. -----

Sublinhou, contudo, que a situação era diferente nas escolas, considerando que a constante substituição dos trabalhadores que acompanhavam as crianças tinha um impacto significativo, uma vez que dificultava a criação de rotinas e a adaptação das crianças às pessoas que com elas trabalham.-----

Relativamente aos dois Assistentes Operacionais previstos para a área da saúde, o Senhor Vereador manifestou-se favorável à criação dos lugares, caso os mesmos se destinem efetivamente ao apoio aos polos de saúde em fase de conclusão, considerando que, para além dos recursos médicos, estes necessitarão de Assistentes Operacionais para assegurar o respetivo funcionamento e apoio. -----

Por fim, retomou o pedido de informação anteriormente formulado, solicitando que lhe fossem facultados os dados atualizados relativos ao número de trabalhadores afetos às escolas, distinguindo os trabalhadores do Município dos trabalhadores integrados em programas de emprego. -----

Referiu ter presente que, em determinado momento, o número de trabalhadores abrangidos por estes programas rondaria os 25 e que terá existido uma situação em que o número de trabalhadores do Município e o número de trabalhadores abrangidos por programas de emprego se encontravam aproximadamente equilibrados. Acrescentou que, posteriormente, foram sendo adotadas medidas no sentido de alterar essa situação, embora, na sua perspetiva, ainda não se tenha atingido uma realidade em que as funções nas escolas sejam asseguradas exclusivamente por trabalhadores do Município.-----

O Senhor Presidente, antes de dar por concluída a discussão do ponto, propôs que o Senhor Vereador Rui Moisés se pronunciasse igualmente sobre o Mapa de Pessoal, considerando que, dessa forma, seria possível ouvir todas as posições e encerrar a respetiva discussão. -----

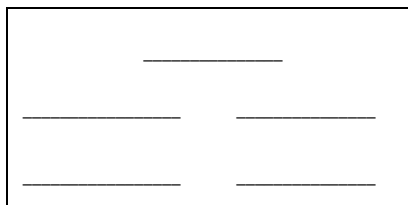
Usando da palavra, o Senhor Vereador Rui Moisés informou que, relativamente ao Mapa de Pessoal, o Partido CHEGA mantinha a proposta inicialmente apresentada, introduzindo, contudo, uma alteração, que consistia na inclusão de mais um Engenheiro Civil.-----

Assim, referiu que a proposta do seu grupo contemplava um Jurista, um Médico Veterinário, que consideravam fundamental, e um Psicólogo, acrescentando agora mais um Engenheiro Civil, passando o número total proposto de 21 para 22 lugares.-----

Relativamente aos Assistentes Técnicos, referiu que, perante os seis lugares propostos pelo Executivo, o seu grupo sugeria a criação de quatro lugares, dos quais dois seriam destinados à área do turismo e os restantes dois a outros serviços do Município -----

Relativamente aos Assistentes Operacionais, o Senhor Vereador Rui Moisés referiu que, na proposta inicialmente apresentada pelo Executivo, constavam 14 lugares, tendo posteriormente sido indicado o número de 12 lugares. Acrescentou que a proposta do CHEGA contemplava igualmente 14 Assistentes Operacionais, considerando, contudo, que não haveria inconveniente em proceder à substituição de dois desses lugares por dois lugares de Assistentes Técnicos. -----

Reiterou que, relativamente aos Técnicos Superiores, a sua força política considerava excessivo o número de lugares propostos pelo Executivo, defendendo a criação de apenas



quatro lugares. Esclareceu que os quatro lugares correspondiam a um Jurista, um Médico Veterinário, um Psicólogo e um Engenheiro Civil. -----

Concluiu referindo que, com a alteração proposta relativamente aos Assistentes Operacionais e aos Assistentes Técnicos, o seu grupo manteria o número global de lugares inicialmente proposto, que, com a inclusão do Engenheiro Civil, passaria de 21 para 22 lugares, apresentando essa como a sua proposta.-----

O Senhor Presidente referiu que, no sentido de procurar uma solução que pudesse ir ao encontro das diferentes posições manifestadas e facilitar o entendimento relativamente à proposta, e considerando ainda que a posição do grupo do Senhor Vereador não contemplava a criação de um lugar para Psicólogo, poderia ser ponderada uma alteração à proposta apresentada.-----

Nesse sentido, propôs que o lugar de Psicólogo fosse substituído por um lugar de Engenheiro Civil, mantendo-se o número de quatro lugares de Técnicos Superiores, passando estes a corresponder ao Jurista, ao Médico Veterinário e a dois Engenheiros Cíveis, em substituição do Psicólogo inicialmente previsto. -----

Acrescentou que esta alteração permitiria manter o número de quatro Técnicos Superiores proposto, indo ao encontro da posição manifestada quanto à não consideração do Psicólogo como prioridade e reforçando a área da engenharia civil.-----

No uso da palavra, o Senhor Vice-Presidente teceu alguns comentários relativamente ao que tinha sido referido anteriormente.-----

Começou por esclarecer que a Técnica que se encontrava afeta ao Paço dos Henriques era licenciada em Ciências Políticas e Relações Internacionais e não em Turismo. Referiu considerar que a mesma desempenhava as suas funções com elevada competência, mas salientou que, nos últimos anos, não tinha identificado, por exemplo, a elaboração de um plano estratégico para o Turismo, nem projetos turísticos que tivessem tido a intervenção de um Técnico com formação específica nessa área. -----

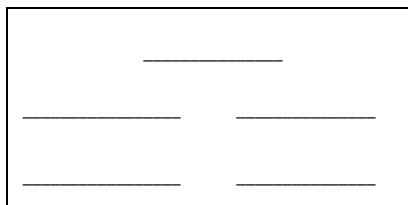
De seguida, referiu que, perante as afirmações anteriormente proferidas relativamente ao número de trabalhadores existentes e às necessidades de recursos humanos, não compreendia uma questão relacionada com a área da Educação. -----

Esclareceu que a equipa técnica do setor da Educação era constituída por três pessoas e que existia ainda uma outra licenciada em Ciências da Educação afeta à Divisão de Cultura. -----

Prosseguindo a sua intervenção, esclareceu que se tratava de um lugar já previsto no Mapa de Pessoal e que se encontrava preenchido ou, no caso do lugar em causa, com procedimento concursal aberto. Referiu que, desse modo, existiam três Técnicos da área da Educação no Mapa de Pessoal, acrescentando outro lugar, ainda que a respetiva trabalhadora não se encontrasse afeta à área da Educação. -----

Acrescentou que existia ainda um quinto lugar na área das Ciências da Educação, cujo procedimento concursal tinha sido aberto pelo anterior Executivo, considerando que deveria ser honrado esse compromisso. Nesse sentido, questionou a lógica subjacente à abertura desse lugar, tendo em conta que, por um lado, se referia a existência de um número excessivo de trabalhadores e a necessidade de melhorar a capacidade de resposta dos serviços e, por outro, havia sido aberto um novo procedimento para aquela área. -----

De seguida, o Senhor Vereador solicitou ao Senhor Vereador Luís Duarte que a corrigisse caso assim não fosse, que o Mapa de Pessoal que havia sido recusado em 2023 contemplava 57 lugares, e não 25 novos lugares. Questionou, assim, se os 57 lugares correspondiam ao Mapa de Pessoal anteriormente recusado. -----



Por último, relativamente à questão do Engenheiro Civil, referiu que, embora pudesse parecer que a mesma ficaria solucionada com a proposta apresentada, não poderia deixar de salientar que a organização funcional dos serviços deveria ser respeitada, considerando que, quando tal não acontecia, o funcionamento das organizações poderia ficar prejudicado.-----

Prosseguindo a sua intervenção, referiu que, quando os Chefes de Divisão asseguravam funções de natureza técnica superior, se verificavam constrangimentos ao normal exercício das respetivas funções de chefia. -----

A este propósito, mencionou o caso do Engenheiro Civil Rui Martins, referindo que o mesmo tinha manifestado, desde o início, não dispor de condições para desempenhar o cargo de Chefe de Divisão, em virtude de continuar a assegurar funções na área da Engenharia Civil. Considerou que esta situação acabava por prejudicar o funcionamento dos serviços. -----

Acrescentou que, na sua perspetiva, tal situação poderia também contribuir para explicar algumas das dificuldades existentes ao nível do estado de conservação dos edifícios municipais e das estradas e azinhagas, bem como ao nível da organização da respetiva divisão.-----

Referiu ainda a existência de uma questão relacionada com a área das águas, que considerou merecer uma abordagem mais aprofundada numa futura reunião, no que respeita à gestão das cobranças. -----

No mesmo contexto, referiu que o Serviço de Aprovisionamento iria perder uma Assistente Técnica, uma vez que a trabalhadora teria de ser afeta à área das águas, com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta relativamente a uma situação que considerou particularmente complexa. -----

Relativamente aos rácios de trabalhadores, referiu que o Senhor Vereador tinha afirmado que os mesmos se encontravam cumpridos, acrescentando que posteriormente apresentaria informação mais detalhada sobre essa matéria. Informou ainda que estava prevista uma reunião com o Agrupamento de Escolas, com o objetivo de avaliar de que forma poderia ser reforçado o número de trabalhadores nos estabelecimentos de ensino.-----

Por último, abordou a questão da Organização e Gestão de Eventos Culturais, referindo-se à trabalhadora Dina Saldanha. Explicou que a mesma se encontrava atualmente afeta a outro gabinete, embora continuasse a assegurar trabalho relacionado com aquela divisão, situação que decorria, da carência de recursos existente naquele setor. -----

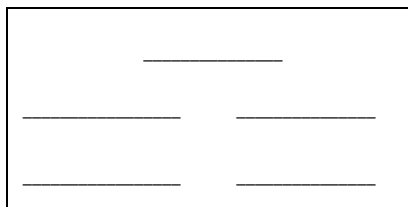
Considerou que, perante essa carência, o próprio Vereador estava a assegurar trabalho de natureza técnica, situação que classificou como inadequada e que, no seu entender, não poderia manter-se.-----

Informou que estavam a ser equacionados alguns ajustamentos, designadamente no sentido de a referida trabalhadora retomar as funções na respetiva divisão, justificando essa opção pela necessidade de reforçar a capacidade técnica do serviço. -----

Concluiu esclarecendo que não se pretendia afetar trabalhadores a funções políticas em detrimento dos serviços, mas antes encontrar soluções para suprir as lacunas existentes, incluindo as resultantes da saída e entrada de trabalhadores. -----

Acrescentou que, perante a necessidade de assegurar determinadas funções técnicas, nomeadamente na área da Engenharia Civil, não seria adequado que a capacidade de resposta dos serviços ficasse dependente dos conhecimentos técnicos específicos dos eleitos. -----

Referiu que os eleitos poderiam naturalmente contribuir com os seus conhecimentos e experiência nas áreas em que os possuíssem, mas que as eventuais lacunas de conhecimento técnico especializado deveriam ser supridas pelos serviços, através da existência de trabalhadores devidamente qualificados.-----



Considerou que a adequada organização dos serviços, a clara definição das respetivas competências e a existência de recursos humanos com as qualificações técnicas necessárias eram fundamentais para assegurar o normal funcionamento dos serviços e uma resposta eficaz às necessidades do Município. -----

Prosseguindo a sua intervenção, referiu não saber se, nos últimos quatro anos, se verificaram melhorias significativas nas áreas em análise, considerando que, na sua perspetiva, tal não teria acontecido na maioria dos casos. -----

Referiu que era precisamente essa situação que se pretendia alterar, designadamente através da melhoria da área do Turismo, que, no seu entender, não tinha registado a evolução desejada. -----

Relativamente à Divisão de Obras Municipais, considerou que, apesar de os trabalhadores desempenharem as suas funções, não tinha, até ao momento, reparos significativos a fazer relativamente aos desempenhos individuais. Considerou, contudo, que, do ponto de vista coletivo e da organização da divisão, existiam vários aspetos a melhorar, sendo essa uma das situações que o Executivo pretendia inverter. -----

Voltou a intervir o Senhor Vereador Luís Duarte que manifestou a intenção de acrescentar algumas considerações, tendo questionado sobre a categoria profissional do trabalhador Marco Paulo. Após esclarecimento, foi referido que o mesmo era. Técnico na área da comunicação. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte acrescentou que o trabalhador Marco Paulo poderia estar a desempenhar funções na área da Comunicação, mas que a sua categoria profissional era a de Técnico Superior de Turismo, solicitando que essa informação fosse posteriormente confirmada. -----

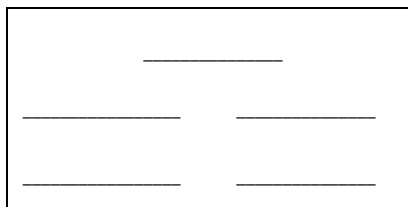
Relativamente aos Mapas de Pessoal anteriormente apresentados, esclareceu que não tinha sido apresentada apenas uma proposta, mas várias, ao longo do período em questão. Referiu que a primeira contemplava 57 lugares, a segunda 35 e outra, salvo erro, 17 ou 18 lugares.--- Explicou que, relativamente às propostas apresentadas, tinha sido estabelecido um limite máximo de três Técnicos Superiores, sendo que a entrada de outros trabalhadores apenas poderia ocorrer em determinadas situações, designadamente em caso de saída de trabalhadores, consolidação de trabalhadores provenientes de outros municípios ou aposentação. -----

Prosseguindo, referiu que chegou a ser apresentada uma proposta de Mapa de pessoal que contemplava apenas 17 ou 18 lugares, não chegando, certamente, aos 20 lugares. -----

Relativamente à primeira proposta, explicou que, por indicação dos serviços, tinha sido realizada uma recolha junto dos Chefes de Divisão para identificar as necessidades de recursos humanos de cada serviço, resultando os 57 lugares propostos dos pedidos apresentados pelos respetivos Chefes de Divisão. Salientou que a proposta não decorria, assim, de uma decisão pessoal, reconhecendo, contudo, que se tratava de um número elevado de trabalhadores e que representava um encargo financeiro significativo para o Município. -----

Referiu que o número de lugares proposto correspondia exatamente ao número de trabalhadores solicitado pelos Chefes de Divisão. Acrescentou que, posteriormente, foram apresentadas novas propostas, que foram igualmente rejeitadas, mantendo-se, desde 2023, a mesma situação e os respetivos constrangimentos. -----

Esclareceu que, ao longo desse período, foram aceites algumas alterações pontuais às propostas, designadamente a substituição de determinadas categorias profissionais, quando tal se considerava adequado e justificável. Deu como exemplos a substituição de um Jurista



por um Veterinário, ou vice-versa, referindo que algumas dessas alterações foram aceites por fazerem sentido face às necessidades identificadas.-----

De seguida, referiu que existiam, contudo, outras situações que, na sua perspetiva, não faziam qualquer sentido.-----

A este propósito, esclareceu que as lacunas atualmente identificadas nos serviços resultavam, precisamente, das limitações impostas à contratação de trabalhadores e da rejeição dos Mapas de Pessoal anteriormente apresentados. Considerou que, caso tivesse sido possível proceder à contratação dos trabalhadores então propostos, muitas dessas lacunas não se verificariam atualmente e os serviços poderiam estar a funcionar de acordo com as necessidades identificadas.-----

Salientou que, sem os recursos humanos necessários, não era possível assegurar adequadamente o funcionamento dos serviços, recorrendo à expressão de que, “sem pessoal, sem ovos, não se fazem omeletes”.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara, dirigindo-se ao Senhor Vereador Luís Duarte, afirmou que pretendia tecer algumas considerações relativamente ao que tinha sido referido. Começou por considerar que a referência à sua intervenção e à questão do Mapa de Ppessoal revelava, no seu entender, alguma falta de memória relativamente ao que aconteceu anteriormente.-----

Recordou que tinha assumido pessoalmente um compromisso perante os trabalhadores do Município e que tinha mantido a sua palavra até ao fim. Referiu que esse compromisso havia sido uma das razões que o levaram a abdicar das suas funções em momento anterior, acrescentando que voltaria a fazê-lo, se necessário, por considerar que o respeito pelas pessoas implicava honrar a palavra dada.-----

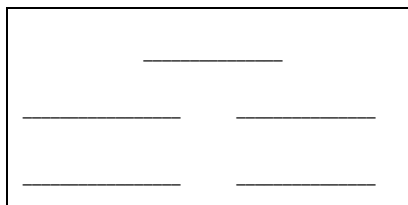
O Senhor Presidente afirmou que a situação ocorrida não tinha resultado de uma decisão da sua responsabilidade, considerando, por isso, que não seria adequado atribuir-lhe responsabilidades pela situação em causa sem ter em consideração o que efetivamente se tinha passado anteriormente naquela Câmara Municipal.-----

Esclareceu que era representante do Partido Socialista, e sendo o PS o Partido que o apoiava, encontrava-se, por isso, naquela reunião a representar o referido partido, salientando, contudo, que não esquecia que eram os seus valores pessoais que orientavam a sua atuação. Considerou que essa deveria ser, naturalmente, a postura de todos os eleitos.-----

De seguida, referiu que pretendia deixar duas ou três notas relativamente às questões anteriormente abordadas.-----

No que respeita à área da Engenharia Civil, reconheceu que, tendo passado por aquela Câmara Municipal, considerava evidente a dificuldade em conciliar o exercício das funções de Chefe de Divisão com a manutenção de funções técnicas na área da Engenharia Civil. Considerou que essa situação deveria ser facilmente identificada por quem tivesse responsabilidades de gestão no Município.-----

Salientou que o exercício das funções de Chefe de Divisão implicava assegurar a coordenação e gestão de uma divisão com um número significativo de trabalhadores e que, estando o respetivo responsável simultaneamente condicionado pela necessidade de assegurar trabalho técnico na área da Engenharia Civil, nomeadamente no acompanhamento de obras municipais, ficava comprometida a disponibilidade necessária para o exercício pleno das funções de chefia.-----



Acrescentou que o Engenheiro Rui Martins tinha realizado um trabalho meritório no Município, mas que não dispunha do tempo necessário para se dedicar à gestão da divisão como desejaria, uma vez que continuava afeto ao acompanhamento das obras municipais.--- De seguida, abordou a questão do Turismo, manifestando a sua discordância relativamente à falta de reconhecimento da importância de um Técnico Superior com formação específica nessa área. Considerou que a afetação de um Técnico Superior de Turismo ao Núcleo Museológico, por exemplo, poderia conferir uma dinâmica completamente diferente àquele espaço, em comparação com a situação em que o mesmo se encontrava assegurado por uma Assistente Operacional.-----

Salientou que a diferença entre a afetação de uma Assistente Operacional e de um Técnico Superior com formação específica em Turismo não deveria ser desconsiderada, tendo em conta a importância daquele espaço para a imagem e valorização da vila, designadamente por se situar na Praça da República. -----

Prosseguindo a sua intervenção, reforçou a importância da afetação de um Técnico Superior com formação específica em Turismo ao Núcleo Museológico. Salientou que, com todo o respeito pelo trabalho desempenhado pela Assistente Operacional atualmente afeta àquele espaço, as funções de um Técnico Superior com formação na área do Turismo pressupunham conhecimentos e uma preparação académica específica, que poderiam contribuir de forma diferenciada para a dinamização e valorização do Núcleo Museológico. -----

Considerou, assim, incompreensível que essa formação e qualificação não fossem tidas em consideração como fatores determinantes para o bom desempenho e valorização daquele espaço. -----

De seguida, abordou a questão dos Assistentes Operacionais afetos aos polos de saúde, procurando esclarecer a razão subjacente à proposta apresentada nessa matéria. -----

Explicou que a necessidade de reforço de assistentes operacionais decorria, por um lado, da previsão de entrada em funcionamento de mais duas extensões de saúde e, por outro, da decisão de o Município deixar de assegurar os serviços de limpeza através de uma empresa externa. Nesse sentido, seriam necessários Assistentes Operacionais para assegurar a limpeza do Centro de Saúde de Viana do Alentejo e das novas extensões de saúde que se previa inaugurar ainda no início daquele ano. -----

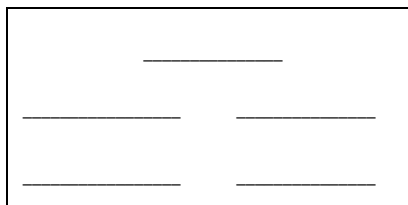
Referiu que essas eram as razões que justificavam as opções apresentadas relativamente aos assistentes operacionais. -----

Por último, e procurando estabelecer um entendimento entre as diferentes posições apresentadas, considerou que a proposta apresentada pelo Executivo relativamente aos Assistentes Operacionais e aos Assistentes Técnicos poderia ficar encerrada, tendo em conta as opiniões manifestadas pelos restantes membros da Câmara e o entendimento que havia resultado da discussão. -----

Prosseguindo a discussão, referiu que o principal ponto de divergência relativamente à proposta apresentada pelo Executivo dizia respeito aos sete lugares previstos para Técnicos Superiores, uma vez que, pelo que havia entendido, os restantes membros da Câmara admitiam, no máximo, quatro lugares. -----

Referiu que existia concordância relativamente à criação de um lugar na área do Direito e de outro na área da Engenharia Civil, acrescentando que também parecia existir entendimento quanto à necessidade de reforçar a área do Serviço Social. -----

O Senhor Vereador Rui Moisés interveio e, relativamente aos restantes lugares, referiu que tinha sido igualmente equacionada a criação de um lugar para Psicólogo e outro para Médico



Veterinário, questionando quais seriam, na perspetiva do Executivo, as necessidades mais urgentes a considerar dentro do limite de quatro Técnicos Superiores. -----

Nesse sentido, solicitou ao Executivo que identificasse claramente as áreas consideradas prioritárias, de modo a alcançar um entendimento quanto aos quatro lugares a incluir no Mapa de Pessoal. Referiu que a sua força política concordava com a inclusão de lugares para Técnicos Superiores nas áreas do Direito e da Engenharia Civil. -----

O Senhor Presidente respondeu que, na sua perspetiva, existia também acordo relativamente à inclusão de um lugar na área do Serviço Social, considerando que, nesse sentido, seria possível alcançar um entendimento, tanto mais que a CDU tinha apresentado uma proposta nesse sentido. -----

Salientou que a divergência ficava, assim, circunscrita ao quarto lugar, solicitando ao Executivo que identificasse a área considerada prioritária entre as restantes necessidades apresentadas, designadamente nas áreas do Turismo, Economia e Gestão, Organização e Gestão de Eventos Culturais e Higiene e Segurança no Trabalho. Propôs que, após essa definição, fossem considerados quatro lugares para Técnicos Superiores e que a respetiva proposta fosse apresentada numa próxima reunião da Câmara. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente, que esclareceu não ter acompanhado integralmente as discussões relativas ao Mapa de Pessoal ocorridas no mandato anterior, referindo que poderia concordar, ou ter concordado, com algumas das posições então assumidas, sem excluir a possibilidade de ter tido entendimento diferente relativamente a outras questões. -----

Salientou, contudo, que, embora não esquecesse que se encontrava no exercício das suas funções com o apoio do Partido Socialista, tinha também a sua própria opinião sobre as matérias em discussão, sendo essa posição pessoal que pretendia deixar expressa. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que, na sua perspetiva, não faria sentido estabelecer prioridades relativamente aos lugares a criar sem considerar o projeto autárquico do Executivo. -----

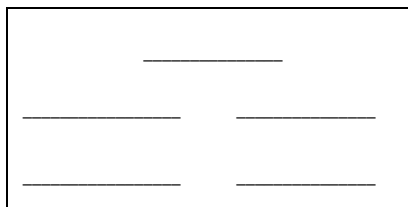
Explicou que a questão seria diferente caso estivesse em discussão um número muito elevado de lugares, mas que, perante a necessidade de chegar a um acordo com a oposição quanto a um determinado número de lugares, não considerava adequado que fossem os restantes membros da Câmara a definir quais deveriam ser as prioridades do Executivo. -----

Recordou que a proposta inicial contemplava mais do dobro dos lugares agora em discussão, referindo que, relativamente aos técnicos superiores, previa, salvo erro, 11 ou 12 lugares, embora não recordasse com exatidão o número constante da proposta inicial. -----

Acrescentou que, ao longo do processo, o Executivo tinha ajustado a sua proposta e reduzido o número de lugares, tendo em consideração a necessidade de alcançar um entendimento. Salientou que o Executivo tinha consciência de que se encontrava em minoria na Câmara Municipal e que, por esse motivo, procurava adaptar-se diariamente a essa realidade, ajustando as suas propostas e cedendo sempre que considerava necessário para alcançar consensos. -----

Considerou, contudo, que uma coisa era proceder a esses ajustamentos e reduções e outra seria permitir que lhe fossem impostas as prioridades a considerar, uma vez que o Executivo tinha o seu próprio projeto autárquico e as respetivas opções políticas. -----

A este propósito, referiu que, embora os programas eleitorais dos diferentes grupos políticos apresentassem, naturalmente, muitas áreas de intervenção semelhantes, cabia a cada força política definir as suas próprias prioridades. -----



No que respeita especificamente à área cultural, o Senhor Vice-Presidente salientou que o Município dispunha, há vários anos, de um plano anual de eventos bastante diversificado e considerou positivo que assim fosse. Acrescentou que o projeto do Executivo contemplava igualmente uma programação cultural regular e a valorização do património, com vista a criar condições para o desenvolvimento de uma oferta cultural estruturada. -----

O Senhor Vice-Presidente prosseguiu, referindo que, embora todos os grupos políticos fizessem referência à importância das áreas culturais, o Município dispunha atualmente de apenas uma trabalhadora afeta especificamente a essas áreas, a Doutora Tânia Milhano. ----

Considerou que, perante essa realidade, o Município acabava por assegurar diversas tarefas relacionadas com a cultura recorrendo a trabalhadores com formação noutras áreas, situação que, embora reconhecendo o empenho dos mesmos, considerava difícil de compreender face à importância atribuída à cultura nos diferentes programas e projetos autárquicos. -----

Manifestou, assim, alguma perplexidade perante o que considerou ser uma contradição entre a importância atribuída às áreas culturais e os recursos humanos efetivamente disponíveis para as assegurar, bem como perante a pretensão de condicionar a escolha das prioridades do Executivo. -----

Salientou que a proposta inicial contemplava um número significativamente superior de Técnicos Superiores, tendo o Executivo reduzido esse número para quatro, pelo que considerava razoável que os eleitos em regime de permanência dispusessem de liberdade para definir as áreas prioritárias, entendendo que essa questão constituía o principal ponto que ainda impedia o encerramento do acordo relativamente ao mapa de pessoal.-----

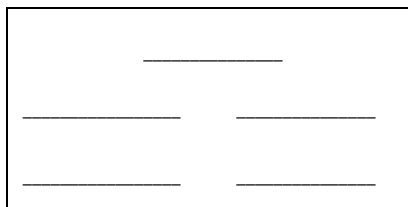
Relativamente à área da Medicina Veterinária, referiu que a criação desse lugar continuava a ser necessária, tendo em conta que o Município se encontrava a ultimar a instalação de um abrigo temporário para cães. Informou que, posteriormente, seria dada nota, em reunião de Câmara, de uma alteração prevista relativamente à localização daquele equipamento, na sequência das informações entretanto recebidas.-----

Acrescentou que, àquela data, alguns animais já tinham sido transferidos para o novo espaço, encontrando-se o Município a aguardar a chegada de casotas que permitissem proporcionar melhores condições de alojamento. Considerou que, com estas medidas, estavam a ser melhoradas as condições proporcionadas aos animais e a ser desenvolvida progressivamente a respetiva área de intervenção municipal.-----

Concluiu referindo que, quando os equipamentos estivessem plenamente em funcionamento, seria novamente necessário abordar a contratação de um Médico Veterinário, necessidade que considerava não estar em causa, até porque, conforme tinha referido o Senhor Vereador Luís Duarte, existia uma comparticipação destinada ao vencimento desse profissional. -----

Salientou, contudo, que, naquele momento, a redução do número de lugares proposta pelo Executivo já era considerável face à proposta inicial, solicitando aos restantes membros da Câmara que permitissem ao Executivo definir as áreas que considerava prioritárias, de modo a que o trabalho pudesse prosseguir e o mapa de pessoal pudesse ser concluído. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que, tendo em consideração a significativa redução do número de lugares agora proposta, importava recordar que o anterior Executivo também tinha conseguido aprovar o respetivo Mapa de Pessoal após proceder a uma redução substancial, designadamente de 57 lugares para um número bastante inferior. Considerou, por isso, que, se a redução do número de lugares fosse, por si só, o critério determinante, a proposta atualmente em discussão deveria igualmente ser aprovada. -----



Interveio o Senhor Vice-Presidente e esclareceu que, na sua perspetiva, a questão em discussão não se prendia essencialmente com a dimensão da redução, mas com o processo de diálogo e definição das necessidades. -----

Nesse sentido, referiu que, tanto quanto sabia, e solicitando que o corrigissem caso estivesse errado, não tinha existido uma imposição relativamente ao profissional a contratar dentro de uma determinada categoria, designadamente no caso dos técnicos superiores. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu considerar que, a partir de determinado número de lugares, deveria ser possível ao Executivo escolher quais os procedimentos concursais a abrir, sendo essa, no seu entender, a questão que estava a ser colocada em discussão. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte interveio e explicou que, anteriormente, tinha sido necessário solicitar por diversas vezes a alteração das categorias profissionais previstas, designadamente quando se pretendia substituir um lugar de Médico Veterinário por outro na área do Turismo, ou vice-versa, sendo essas alterações sujeitas a apreciação. -----

De seguida, reiterou a sua posição relativamente à necessidade de incluir um lugar para médico veterinário, salientando que, na sua perspetiva, a contratação desse profissional deveria ser encarada como uma forma de reforçar a capacidade do Município para desenvolver e preparar os projetos relacionados com o canil e com a área dos animais. -----

Considerou que a existência de um Médico Veterinário integrado nos serviços municipais permitiria assegurar conhecimentos técnicos especializados na preparação e desenvolvimento desses projetos, uma vez que seria o profissional com formação adequada para identificar as necessidades e definir as soluções técnicas a adotar. -----

Acrescentou que essa competência não poderia ser substituída pelos conhecimentos dos eleitos ou de outros técnicos que não possuísem formação específica na área da Medicina Veterinária. -----

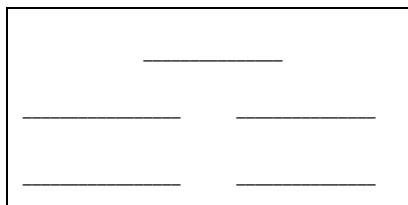
Referiu que a necessidade de contratação de um Médico Veterinário Municipal não se limitava à gestão e funcionamento do Canil, abrangendo diversas competências e tarefas que constituíam obrigação do Município e que, segundo afirmou, não estavam a ser asseguradas. Recordou, a este propósito, que o Município já tinha promovido anteriormente um procedimento para a contratação deste profissional, o qual não tinha tido sucesso. -----

Esclareceu, contudo, que a questão não se prende exclusivamente com o canil, considerando o Veterinário Municipal um elemento indispensável ao Município. -----

Registou-se a intervenção da Senhora Vereadora Rute Belga, que referiu pretender apenas deixar uma nota relativamente à área da Cultura, questionando a necessidade de reforço dos recursos humanos nesta área. Embora reconhecesse que o Executivo em permanência, por acompanhar diariamente o funcionamento do Município, estaria em melhores condições para identificar as respetivas necessidades, considerou que o serviço de Cultura tem funcionado adequadamente, pelo que, na sua perspetiva, não constituiria uma das principais prioridades no que respeita à contratação de Técnicos Superiores.

Acrescentou que o Senhor Vereador António Padeirinha poderia, posteriormente, pronunciar-se sobre a questão colocada. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que, precisamente pelas razões expostas no início da discussão, a forma como as diferentes áreas são articuladas e o relacionamento muito próximo com o Gabinete de Comunicação permitiam assegurar o adequado funcionamento dos serviços. Explicou que o Gabinete de Comunicação já esteve integrado naquela Divisão, quando esta abrangia também outros serviços, designadamente as áreas da Educação e da



Ação Social, existindo, por isso, rotinas de trabalho que estão a ser recuperadas, opção que, segundo referiu, permite que o trabalho decorra de forma mais fluida.-----

Salientou, contudo, que esse funcionamento depende também da presença do Técnico João Morais, que considerava fundamental para a engrenagem que se pretende implementar, de acordo com a visão do Executivo.-----

Acrescentou que, caso viesse a assumir funções de Chefe de Divisão, deveria exercer as funções inerentes ao cargo, designadamente de coordenação e gestão dos recursos, intervindo diretamente na execução de tarefas técnicas apenas quando necessário. Considerou que a excessiva afetação do Chefe de Divisão a tarefas técnicas poderia prejudicar as funções de coordenação e gestão e comprometer a articulação dos serviços.

Referiu que, nesse caso, ficaria uma lacuna, concordando com a observação efetuada, e esclareceu que tal decorria da nomeação, em regime de substituição, do técnico João Morais. Solicitou que se procurasse alcançar um entendimento quanto à proposta em discussão, de modo a evitar o prolongamento do debate e permitir a sua conclusão, propondo que fossem encerrados os pontos relativamente aos quais já existia consenso. Referiu, nesse sentido, a concordância quanto à criação de quatro lugares, inicialmente propostos, considerando que a questão a decidir se prendia apenas com a identificação das respetivas áreas, e questionou os Senhores Vereadores sobre a possibilidade de alcançar esse entendimento.-----

Acrescentou, a propósito de uma questão anteriormente referida pelo Senhor Presidente, que as negociações consistem precisamente na procura de consensos, salientando que o Executivo tinha reduzido significativamente a sua proposta inicial, de forma a dar resposta às questões e necessidades apresentadas pelos Srs. Vereadores.-----

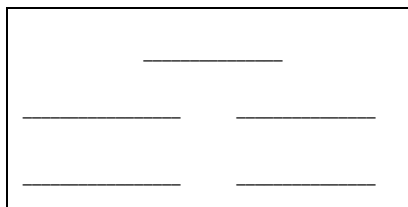
Referiu que era necessário que ambas as partes cedessem, precisamente porque não existia uma maioria e era necessário encontrar consensos.-----

Acrescentou que gostaria de apresentar, numa próxima reunião da Câmara Municipal, uma nova proposta de Mapa de Pessoal, caso os técnicos conseguissem preparar a mesma em tempo útil. Nesse sentido, referiu que, se tal fosse possível, a proposta seria apresentada na reunião seguinte ou, caso contrário, apenas na subsequente, tendo como objetivo que a mesma fosse previamente consensualizada com os membros da oposição, de forma a permitir a aprovação de um Mapa de Pessoal consensualizado.-----

O Senhor Vereador Luís Duarte retomou a sua intervenção, esclarecendo que a reunião que esteve na origem da decisão em causa tinha ocorrido no gabinete do Presidente, atualmente ocupado pelo Senhor Vereador. Salientou que não houve qualquer intenção de ocultar a realização da reunião ou qualquer informação, tratando-se de um momento de negociação, que considerou fazer parte do processo de procura de consensos e que, segundo referiu, sempre ocorreu nestes moldes.-----

O Senhor Presidente, a propósito da questão das negociações, referiu que, durante o seu mandato, reuniões desta natureza seriam realizadas de forma aberta e perante os demais intervenientes. Recordou que, anteriormente, enquanto Vereador, tinha participado numa reunião no gabinete do então Presidente, procedimento que, à data, aceitara por este se encontrar à frente do Município.-----

Salientou, contudo, que, durante o seu mandato, as negociações seriam realizadas perante os presentes, independentemente de se tratar do Mapa de Pessoal, do orçamento ou de quaisquer outros assuntos. Admitiu apenas que questões de menor complexidade, como o tratamento de um assunto relacionado com uma licença especial de ruído, pudessem ser tratadas de forma distinta.-----



Referiu que todos os assuntos considerados importantes para o Município seriam tratados em reunião da Câmara Municipal, manifestando, nesse sentido, a intenção de ouvir os Senhores Vereadores quanto à possibilidade de alcançar um consenso relativamente à criação dos lugares propostos, concretamente quatro técnicos superiores, seis Assistentes Técnicos e doze Assistentes Operacionais. -----

Solicitou, assim, aos Senhores Vereadores que se pronunciassem sobre a possibilidade de encerrar a discussão com esse entendimento. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que, relativamente à área da Educação, concordava com a proposta caso os lugares se destinassem a dar resposta às necessidades das escolas. Quanto à área da Saúde, considerou igualmente adequada a substituição de serviços assegurados por uma empresa privada por trabalhadores do Município, acrescentando que, dessa forma, poderiam ser criadas oportunidades de emprego para pessoas do concelho, uma vez que as empresas privadas recorrem, por vezes, a trabalhadores provenientes de outros locais. -----

O Sr. Vereador referiu que, em cumprimento do entendimento que estava a ser alcançado, apenas não concordava com a identificação do quarto Técnico Superior, considerando que este deveria corresponder ao Veterinário Municipal. Relativamente aos restantes lugares, manifestou a sua concordância. -----

Da parte do Partido CHEGA, foi igualmente manifestada concordância com a proposta de quatro Técnicos Superiores, seis Assistentes Técnicos e doze Assistentes Operacionais. -----

O Senhor Presidente agradeceu a concordância manifestada pelos Senhores Vereadores e recordou que, para além dos novos lugares agora acordados, seriam igualmente contemplados três nadadores-salvadores, mediante contratação a termo, um Técnico Superior na área das Ciências da Educação, cujo lugar já se encontrava previsto no Mapa de Pessoal e cujo procedimento concursal estava em curso, bem como Assistentes Operacionais, relativamente aos quais também se encontrava aberto procedimento concursal. Acrescentou que seriam ainda contemplados quatro lugares de dirigentes, já previstos no organograma da Câmara Municipal, e cinco lugares a preencher através de mobilidade intercarreiras. -----

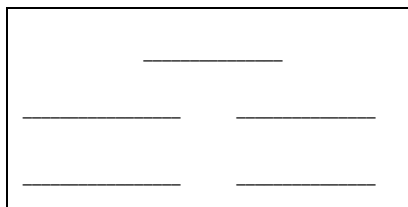
Concluiu agradecendo aos Senhores Vereadores a negociação realizada e considerando encerrada a discussão sobre esta matéria, esclarecendo que, caso não fosse possível apresentar a nova proposta de Mapa de Pessoal na reunião seguinte, a mesma seria apresentada na reunião subsequente. -----

Referiu que o assunto seria posteriormente submetido à apreciação da Assembleia Municipal, na sessão prevista para fevereiro. -----

De seguida, o Senhor Vereador Luís Duarte referiu, em tom irónico, que, caso a composição política da Câmara Municipal estivesse invertida, designadamente com a CDU e o PS em posições distintas das atuais, a primeira questão colocada seria, provavelmente, saber se os efeitos de Natal ficariam já para o ano seguinte, tendo em conta que ainda se encontravam colocados. -----

Referiu, a propósito da intervenção anterior, que se tratava apenas de uma brincadeira e de uma pequena ironia. -----

De seguida, felicitou todas as pessoas que exerceram o seu direito de voto, bem como todas aquelas que asseguraram o funcionamento das mesas de voto e os trabalhadores e elementos do Município, da GNR, dos Bombeiros e da Cruz Vermelha que estiveram envolvidos na realização do ato eleitoral. -----



Salientou que fazia questão de deixar este reconhecimento, como já havia feito anteriormente, considerando que o ato eleitoral decorreu de forma adequada e que o Município continua a evidenciar um ambiente pacífico durante os atos eleitorais, o que considerou importante enquanto demonstração da capacidade de cidadania da população. -----

Questionou ainda sobre se havia compreendido corretamente o que fora referido na reunião anterior relativamente ao Boletim Municipal, designadamente se estaria prevista a cessação da publicação da Revista da Saúde. Após confirmação, questionou ainda se estaria igualmente prevista a cessação da realização da Feira da Saúde. -----

Referiu, de seguida, que, devido à sua intervenção mais prolongada na reunião anterior, não teve oportunidade de abordar a questão da recolha de materiais recicláveis, pretendendo agora colocar duas questões e prestar um breve esclarecimento. -----

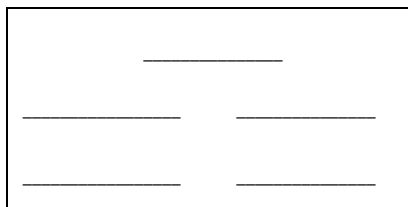
Nesse sentido, questionou qual o método atualmente utilizado para a recolha dos materiais recicláveis, designadamente se a recolha a porta-porta continuava a ser efetuada pelos trabalhadores do Município e se a recolha nos ecopontos continuava igualmente a ser assegurada por estes ou pela AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central. Recordou que, no final do mandato anterior, a recolha nos ecopontos já era efetuada pelos trabalhadores do Município, após concluírem as restantes tarefas, sendo requisitada à AMCAL a viatura necessária para o efeito. -----

Referiu ainda que pretendia questionar o Senhor Vereador Rui Cardoso, numa próxima oportunidade, sobre a situação dos ecopontos, designadamente se a acumulação de materiais no exterior, que anteriormente se verificava e que, segundo afirmou, continuava a observar-se em alguns locais, se mantinha. Salientou que, em alguns casos, cartão e outros materiais permaneciam no exterior dos ecopontos durante várias semanas.

Relativamente à recolha porta-a-porta, manifestou discordância quanto à sua adoção nos moldes apresentados, considerando-a um retrocesso. Referiu que, embora vários Municípios da AMCAL já adotassem este sistema, em alguns casos os sacos eram deixados na via pública, podendo ser rasgados por animais e provocar a dispersão dos resíduos, com consequentes problemas de higiene.-----

Referiu que, caso a recolha porta-a-porta fosse efetuada através de contentores adequados, estaria totalmente de acordo, considerando que esse seria o caminho a seguir.-----

Relativamente à afirmação de que o Município estaria a suportar despesas em duplicado, esclareceu que tal situação apenas se verificou numa determinada fase, em que a AMCAL procedia à recolha dos materiais recicláveis e os trabalhadores do Município asseguravam, simultaneamente, a recolha porta-a-porta. Considerou, por isso, que não existia duplicação de custos nas condições referidas, não devendo esse argumento ser utilizado para justificar a alteração do sistema de recolha. Acrescentou que, numa fase inicial, existia um contrato com a AMCAL, relativamente ao qual, segundo afirmou, nem sequer era efetuado qualquer pagamento, reiterando, contudo, a sua concordância com a adoção das medidas necessárias. Salientou que, numa determinada fase, embora existisse um pagamento associado a uma das operações, não existia uma despesa acrescida para o Município, uma vez que a recolha era assegurada pelos trabalhadores municipais. Referiu, por isso, que a sua questão se prendia precisamente com a situação atualmente existente, considerando que, caso a recolha porta-a-porta e a recolha dos ecopontos continuassem a ser efetuadas pelos trabalhadores do Município, não existiria uma duplicação de despesa.-----



O Senhor Presidente referiu que iria responder à questão relativa aos resíduos, passando posteriormente à questão da Saúde, e deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, questionando igualmente o Senhor Vereador sobre a matéria.

Esclareceu que, atualmente, os trabalhadores do Município continuam a efetuar a recolha porta-a-porta e, após a conclusão dessa tarefa, procedem, quando dispõem de tempo, à recolha dos ecopontos. Considerou que, nestas circunstâncias, existem duas operações de recolha seletiva, implicando a utilização de dois veículos e, em alguns casos, a realização de horas extraordinárias, uma vez que os trabalhadores municipais não conseguem assegurar a recolha de todos os ecopontos dentro do horário normal de trabalho. Perante a discordância manifestada pelo Senhor Vereador, reiterou, com base nos dados disponíveis, que esta situação representa custos acrescidos para o Município.-----

Referiu que o objetivo do Município era reduzir o número de ecopontos existentes na via pública e privilegiar um modelo de recolha seletiva eficaz, que transmitisse confiança à população, garantindo a recolha atempada dos resíduos e evitando a permanência de ecopontos cheios.-----

Acrescentou que os ecopontos deveriam ser localizados estrategicamente, de forma a assegurar também a adequada separação de resíduos pelas populações residentes em zonas de quintas, bem como reforçada a capacidade de recolha em zonas industriais e junto de estabelecimentos comerciais com maior produção de resíduos, através da instalação de equipamentos de maior capacidade.-----

Concluiu que a implementação deste modelo teria de ser devidamente planeada e articulada, dando como exemplo a redução do número de ecopontos de vinte para dez, o que permitiria diminuir significativamente o trabalho associado à respetiva recolha.-----

Reiterou que, na situação atual, existia uma duplicação de recolhas e, consequentemente, de custos.-----

Por fim, abordou a questão dos efeitos de Natal, referindo que o Município tinha desenvolvido esforços para que os mesmos fossem disponibilizados atempadamente, considerando que a sua colocação no início do mês de dezembro constituiu uma melhoria relativamente ao que acontecia anteriormente.-----

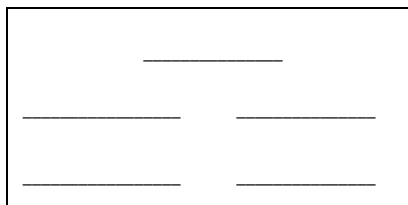
Acrescentou que, após o período natalício, concordava que os efeitos de Natal deveriam ser retirados, mas salientou que o aspeto mais importante era terem sido colocados atempadamente.-----

Interveio o Senhor Vice-Presidente que começou por responder à questão relativa à Feira da Saúde, informando que tinha agendada, para aquela semana, uma reunião com toda a equipa da Divisão de Educação, Saúde, Intervenção Social e Ação Social (DESSIS), na qual seria abordada a questão da realização da Feira da Saúde.-----

Esclareceu que, àquela data, não existia qualquer decisão relativamente à continuidade ou não da iniciativa. Contudo, manifestou a sua posição pessoal, considerando que, caso fosse possível integrar a Feira da Saúde num dos grandes eventos do Município, essa poderia ser uma solução adequada.-----

Concluiu referindo que, na sua opinião, não deveria ser equacionada a extinção da Feira da Saúde.-----

O Senhor Vice-Presidente, relativamente à Revista da Saúde, esclareceu que o que estava acordado, para já, era a integração dos respetivos conteúdos no Boletim Municipal, com uma periodicidade definida de quatro edições por ano.-----



Referiu que esta não tinha tido, até então, uma periodicidade regular, considerando importante assegurar uma cadência de publicação mais estável, de forma a criar hábitos de leitura e a fidelizar os leitores. -----

Esclareceu, contudo, que esta era apenas a solução atualmente em análise, não estando excluída a possibilidade de, após auscultação das pessoas, vir a ser alterada. -----

Concluiu referindo que, para já, se previa a integração dos conteúdos da Revista da Saúde no Boletim Municipal e a realização da Feira da Saúde, cuja data se encontrava ainda por definir, de modo a possibilitar a sua integração na programação de um dos eventos do Município.----

Interveio a Senhora Vereadora que referiu ter tido conhecimento da realização de uma reunião com a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, no âmbito do Serviço Público Rodoviário de Transporte de Passageiros, solicitando, nesse sentido, alguns esclarecimentos sobre a referida reunião, nomeadamente quanto aos assuntos abordados e às conclusões dela resultantes. -----

Relativamente à questão dos transportes, a Senhora Vereadora, disse não ter conhecimento dos assuntos tratados na reunião realizada e sugeriu que o Município promovesse um processo de auscultação junto da população, considerando importante ouvir não apenas os responsáveis municipais, mas também as pessoas que utilizam diretamente e com frequência o serviço de transportes. -----

Nesse sentido, referiu, designadamente, os motoristas, os alunos e outros utilizadores frequentes, salientando que o contributo de quem recorre diariamente a este serviço poderia ser fundamental para a sua melhoria e para a identificação das necessidades existentes. Considerou que os próprios utilizadores estariam em melhores condições para identificar as dificuldades e necessidades relacionadas com o serviço. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e, relativamente à reunião realizada no Conselho Intermunicipal da CIMAC, esclareceu que, no âmbito da Unidade de Transportes e Energia, foram apreciadas matérias relacionadas com a atualização das tarifas propostas para 2026 e a aprovação das respetivas tabelas tarifárias definitivas. -----

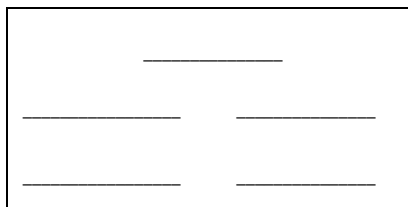
Referiu ainda que foi apreciada e aprovada a aplicação, para 2026, do Regulamento Intermunicipal que estabelece as regras gerais para a implementação da redução tarifária na Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.-----

O Senhor Presidente esclareceu que a redução tarifária corresponde ao mecanismo que permite aos utilizadores com passe beneficiar das respetivas reduções, através da CIMAC e também da comparticipação do Município. Referiu que foi esta matéria que lhes foi apresentada no âmbito da reunião realizada. -----

De seguida, perante a questão colocada, a Senhora Vereadora Rute Belga, explicou que não se tratava de uma questão, mas apenas de uma sugestão. -----

O Senhor Presidente referiu que a sugestão poderia ser tida em consideração, designadamente no que respeita à auscultação dos alunos relativamente à utilização do serviço de transportes.

O Senhor Presidente, relativamente à sugestão de auscultar as pessoas que utilizam os transportes, acrescentou que, atualmente, os utilizadores que possuem passe recebem, anualmente, um questionário de satisfação sobre o serviço prestado, ou, pelo menos, deveriam recebê-lo. Realçou que este procedimento já é assegurado pela CIMAC há alguns anos, existindo igualmente uma técnica daquela entidade responsável pela análise dos questionários, tendo em vista a identificação de aspetos que possam contribuir para a melhoria do serviço. -----



Considerou, contudo, que o Município poderia também promover internamente um procedimento semelhante, embora fosse necessário definir os respetivos moldes e metodologia. Nesse sentido, manifestou disponibilidade para analisar uma eventual proposta ou sugestão concreta que pudesse ser apresentada. -----

O Senhor Vereador Rui Moisés interveio e referiu que pretendia ainda pronunciar-se sobre as eleições, associando-se às declarações anteriormente proferidas e considerando que, tanto quanto lhe foi possível observar, o ato eleitoral decorreu de forma adequada. -----

Na sua perspetiva, a democracia prevaleceu no Município, considerando esse facto importante. -----

De seguida, aproveitou para felicitar o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas pelo seu 79.º aniversário e pelo evento realizado, designadamente pela arruada e pelos momentos de canto pelas ruas, iniciativa que havia sugerido numa reunião anterior, considerando que a sua concretização demonstrou a pertinência da proposta. -----

Agradeceu igualmente aos trabalhadores do Município que desempenham funções no exterior, nomeadamente aos que asseguram a recolha de resíduos e aos que procedem à limpeza de valas e azinhagas, salientando o trabalho que continuam a realizar apesar das condições meteorológicas adversas, designadamente de chuva e frio. -----

Relativamente à Azinhaga do Canelo, referiu tratar-se de um projeto anteriormente apresentado pelo Partido Socialista, antes das eleições, salientando que o local se encontra atualmente bastante degradado. Acrescentou que a azinhaga é utilizada para caminhadas durante o verão, mas não dispõe de iluminação, considerando necessário proceder à sua recuperação e instalação de iluminação, de forma a proporcionar melhores condições de utilização. -----

Defendeu, por isso, que esta intervenção deveria ser planeada durante o inverno, de modo a que as condições necessárias estivessem criadas quando chegasse o período de verão. -----

Por fim, referiu-se aos semáforos, salientando que alguns continuavam avariados e danificados, situação relativamente à qual o Executivo já havia informado que iria avaliar a necessidade de retirar alguns equipamentos ou manter os existentes. -----

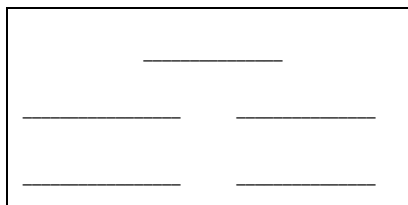
Relativamente às lombas, referiu que estas se mantêm inalteradas, designadamente quanto à sua altura, apesar de a sua alteração ter constituído uma das propostas apresentadas durante a campanha eleitoral. Questionou se está prevista alguma intervenção nesta matéria. -----

Referiu ainda ter verificado a situação do portão das obras da escola, onde decorreram trabalhos de requalificação, salientando que o local continua delimitado por uma vedação provisória, questionando se está prevista a sua substituição ou conclusão da intervenção. ----

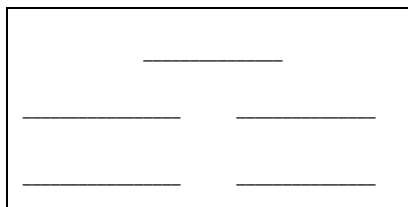
Em resposta, o Senhor Vice-Presidente questionou se a referência à Azinhaga do Canelo correspondia ao troço junto ao estaleiro municipal. Após confirmação, registou a questão relativa à necessidade de iluminação, referindo que os buracos existentes serão reparados logo que possível, no âmbito do processo em curso, condicionado por uma avaria no equipamento de produção de massas betuminosas a frio. Acrescentou que, assim que o equipamento voltar a funcionar, será realizada a intervenção naquele local. -----

Quanto à iluminação, referiu que será necessário avaliar a melhor forma de proceder, concordando que a Azinhaga é bastante utilizada por pessoas que realizam caminhadas durante o verão. -----

Quanto à questão dos semáforos, o Senhor Vice-Presidente informou que tinha chegado finalmente o orçamento, estando prevista, para já, a retirada apenas dos semáforos situados junto ao restaurante Barrela, em Alcáçovas, considerando que, naquele local, existe uma



lomba, verificando-se uma duplicação de equipamentos destinados ao controlo da velocidade. Referiu que, logo que a empresa possa proceder à intervenção, esta será realizada. ----- Acrescentou que foi efetuada, naquele dia, a respetiva requisição, após as dificuldades verificadas na obtenção do orçamento e na realização da visita técnica, referindo que a questão havia sido anteriormente abordada com o Senhor Presidente da Câmara. ----- Relativamente às lombas, informou que, segundo indicação técnica, algumas, sobretudo as que apresentam maior altura, poderão ter sofrido abatimentos em consequência da elevada quantidade de água e chuva registada. Acrescentou que, após a circulação dos veículos e a estabilização do piso, poderão ser efetuadas algumas intervenções de melhoria, nomeadamente o rebaixamento de uma ou outra lomba que se encontre mais elevada, intervenção que deverá ser realizada durante o verão. ----- O Senhor Vice-Presidente referiu que a situação do antigo portão se encontrava assinalada, ficando registada a necessidade de, logo que possível, os serviços operacionais do Município procederem à correção da situação. Considerou, assim, respondidas as questões colocadas. - De seguida, o Senhor Presidente da Câmara interveio e disse ter tido o privilégio de acompanhar o grupo na arruada realizada pelos estabelecimentos comerciais, salientando uma particularidade que considerou importante: o grupo não cantou na via pública, mas sim no interior dos estabelecimentos comerciais, o que, pela sonoridade e pelas características dos espaços envolventes, permitiu melhores condições para a audição do cante. Considerou a experiência verdadeiramente gratificante, destacando os momentos particularmente bonitos vividos naquela manhã. Aproveitou ainda para agradecer por lhe ter sido permitido o acompanhamento do grupo durante a arruada e por levar o canto às pessoas. ----- O Senhor Vereador Rui Moisés referiu não ter mais questões a colocar. ----- O Senhor Vereador Luís Duarte associou-se aos parabéns ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas, salientando que este tipo de iniciativas já é habitualmente realizado pelo grupo, não sendo, por isso, uma novidade. Referiu, contudo, que a entrada nos estabelecimentos comerciais poderá constituir uma novidade, uma vez que anteriormente o grupo realizava as suas atuações porta a porta e junto dos cafés. Destacou o facto de o grupo se manter bastante ativo e considerou de louvar a continuidade deste tipo de iniciativas. ----- O Senhor Vereador Luís Duarte retomou a questão das lombas, esclarecendo que estas se encontram dentro das medidas legalmente estabelecidas, podendo, inclusivamente, apresentar uma altura superior em cerca de dois centímetros. Acrescentou que é natural que as lombas sofram algum abatimento com o tempo, mas afirmou não ter dúvidas de que os existentes se encontram dentro das medidas legais. Referiu, por fim, que pretendia apresentar uma sugestão sobre esta matéria, a qual já tinha sido equacionada, tendo-se lembrado da mesma na sequência da discussão sobre as lombas. ----- O Senhor Vereador Rui referiu que, ainda durante o anterior Executivo, tinham sido adquiridos sinais luminosos destinados às lombas, os quais, à data da sua saída do Município, já se encontravam no estaleiro municipal, embora ainda não tivessem sido instalados. Esclareceu que, aquando da sua aquisição, a intenção não seria colocá-los junto ao sinal de passadeira, mas sim junto ao sinal de lomba que antecede a mesma, permitindo uma maior distância de perceção por parte dos condutores. ----- Explicou que, frequentemente, quando os condutores se apercebem da lomba, já se encontram demasiado próximos da mesma, pelo que a colocação do sinal luminoso junto ao primeiro sinal de lomba permitiria alertá-los antecipadamente, dando-lhes tempo para reduzir a velocidade e evitar um impacto na lomba. Sublinhou que cada lomba dispõe de sinalização



própria e de sinalização de passadeira e que os sinais luminosos foram adquiridos com o objetivo de reforçar a sinalização da lomba. Concluiu tratar-se de uma sugestão que já pretendia apresentar há algum tempo e que aproveitou a discussão para colocar à consideração do Executivo. -----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a sugestão e, relativamente às lombas, referiu que, apesar de o Senhor Vereador ter indicado que estas ainda poderiam apresentar mais dois centímetros de altura, o Município recebe com alguma frequência reclamações de munícipes que referem ter sofrido danos nos veículos ao passar pelas lombas, existindo, inclusivamente, alguns casos participados às seguradoras. -----

Salientou que uma das situações mais recorrentes se verificava numa das lombas situada na zona da Estrada de Santa Catarina, considerando-a particularmente preocupante. Referiu que, embora as lombas se encontrassem dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, a experiência e as reclamações recebidas demonstravam a necessidade de encontrar uma solução. -----

O Senhor Presidente reconheceu que a questão deveria ser analisada, embora considerasse que o momento não seria o mais adequado para proceder a alterações nas lombas. Referiu que o Município já tinha reforçado a sinalização, nomeadamente através da instalação de sinalização luminosa, esperando que esta medida contribuísse para melhorar a sua perceção pelos condutores. -----

Acrescentou que, embora a situação tivesse vindo a melhorar, continuavam a ocorrer pontualmente situações preocupantes, pelo que, futuramente, poderiam ser ponderadas soluções alternativas para a redução da velocidade, designadamente estruturas em plástico, de implementação mais simples e que evitassem a instalação de lombas de características tradicionais. -----

Concluído o período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara deu início à Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata em minuta, no final da reunião. -----

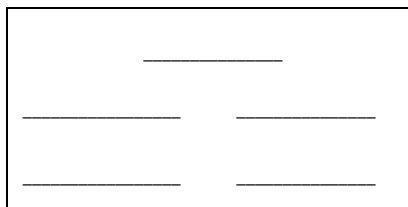
Ponto dois) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara – A Câmara tomou conhecimento da Atividade da Câmara no período compreendido entre os dias 8 e 14 de janeiro de 2026: -----

No dia 9 de janeiro, o Senhor Vice-Presidente participou numa reunião da Assembleia Geral da AMREN2 – Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, por videoconferência.

• No dia 10 de janeiro, a Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência participou na Caminhada “13 de janeiro”, promovida pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo e pela “Amigos das Alcáçovas”, Associação de Defesa do Património, através do Projeto Alcáçovas Outdoor Trails. Esta iniciativa estava integrada no programa municipal das Comemorações do 128.º Aniversário da Restauração do Concelho. -----

• **Também no dia 10 de janeiro**, o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e o Adjunto do Senhor Presidente participaram nas comemorações do 100.º aniversário do SCA – Sport Club Alcaçovense, na sua sede, a convite da entidade aniversariante. Esta iniciativa estava igualmente integrada no programa municipal das Comemorações do 128.º Aniversário da Restauração do Concelho. -----

• **No dia 11 de janeiro decorreu** a 7.ª edição da Prova “Viana-a-par-de-Alvito”, integrada nas Comemorações do 128.º Aniversário da Restauração do Concelho e organizado pelos Municípios de Alvito e de Viana do Alentejo e pelas Juntas de Freguesia de Alvito, Viana do



Alentejo e Vila Nova das Baronia, com o apoio das Associações de Atletismo de Beja e de Évora, Bombeiros Voluntários, GNR – Guarda Nacional Republicana de Alvito e de Viana do Alentejo, Projeto Alcáçovas Outdoor Trails (Amigos das Alcáçovas, Associação de Defesa do Património), CAVA – Clube de Atletismo de Viana do Alentejo e Grupo Desportivo e Cultural Baronia. O Senhor Presidente informou que a prova contou com um total de 446 inscritos, 220 atletas da corrida principal, 65 dos vários escalões e 161 na caminhada, tendo ultrapassado as 383 inscrições da edição passada. -----

• **Também no dia 11 de janeiro**, o Senhor Presidente e a Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência estiveram presentes no 11.º Raid BTT de Aguiar, promovido pelo Galopar & Pedalar – Clube de BTT de Aguiar. Esta iniciativa estava igualmente integrada no programa municipal das Comemorações do 128.º Aniversário da Restauração do Concelho. -----

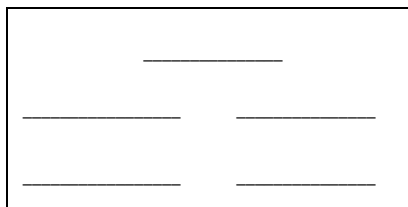
• **No dia 12 de janeiro** decorreu a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Viana do Alentejo. -----

• **Também no dia 12 de janeiro**, o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, a Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e o Secretário do Gabinete de Apoio à Presidência assistiram à Peça de Teatro a II Atos: I – “A Senhora que Caiu da Lua” e II – “Amor de Mãe”, pelo Grupo de Teatro da SUA – Sociedade União Alcaçovense. Esta iniciativa estava integrada no programa municipal das Comemorações do 128.º Aniversário da Restauração do Concelho. -----

• **No dia 13 de janeiro** assinalou-se o 128.º aniversário da Restauração do Concelho de Viana do Alentejo. Recorde-se que o Concelho foi extinto em 1895 e recuperado em 1898 por um movimento de âmbito nacional, encetado por António Isidoro de Sousa, figura maior da história de Viana do Alentejo e que viria a assumir a presidência da nova Câmara, pelo período de um ano. A data, Feriado Municipal, é assinalada com uma Sessão Solene, na qual são atribuídas Medalhas de Mérito e/ou Honra do Município a entidades/personalidades de reconhecido mérito. Este ano, conforme Deliberações da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, na sua reunião de 15 de dezembro de 2025, e da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, na sua reunião de 30 de dezembro de 2025, foi prestada homenagem, através da atribuição da Medalha de Mérito a Luís Reguengo Machado, ex-presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e o grande impulsionador da AMREN2 – Associação de Município da Rota da Estrada Nacional 2, a Luís Carlos Sítima, pela retoma da tradição vinícola em Viana do Alentejo e ao SCA – Sport Club Alcaçovense, pela comemoração do 100.º aniversário. Foi ainda homenageado, através da atribuição da Medalha de Honra do Município, o Mestre Chocalheiro Rui Picavéu. A Sessão Solene decorreu na Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Viana do Alentejo. -----

Ponto três) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral "Os Trabalhadores de Alcáçovas" (aniversário da Associação) - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para o Grupo Coral “Os Trabalhadores” de Alcáçovas, no valor de 400,00€, em virtude da comemoração do aniversário da associação. -----

Ponto quatro) Proposta de manutenção de indeferimentos para a atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica do Concelho de Viana do Alentejo – Tendo terminado, no dia 7 de janeiro de 2026, o prazo para audiência prévia dos candidatos à atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica para alunos do ensino superior, referente ao ano letivo 2025/2026, foi submetida à apreciação e aprovação da Câmara Municipal a proposta de manutenção dos indeferimentos dos pedidos de atribuição de Bolsa de Estudo, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica. -----



A Senhora Vereadora Rute Belga solicitou uma clarificação quanto ao facto de a matéria já ter sido anteriormente submetida à reunião da Câmara Municipal.-----

Em resposta, o Senhor Vice-Presidente esclareceu que, numa primeira fase, foi apresentada a proposta de indeferimento de nove candidaturas. Após essa decisão, decorreu o prazo legal para apresentação de reclamações, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações. Assim, mantêm-se os nove indeferimentos, encerrando-se desta forma o processo de atribuição das bolsas de estudo do presente ano. -----

Informou ainda que foram apresentadas 74 candidaturas, tendo sido atribuídas 65 bolsas de estudo, após a manutenção dos nove indeferimentos. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade, mantendo-se o indeferimento dos pedidos dos seguintes candidatos: -----

1)David Pegado Albuquerque Destapado, 2.º ano, residente em Viana do Alentejo, pelo motivo de o curso frequentado não se encontrar abrangido pelo Regulamento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º, que contempla os cursos de Licenciatura, Mestrado Integrado ou Mestrado, sendo o candidato estudante de um **Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP)**; -----

2)Laura dos Santos Remechido, 2.º ano, residente em Viana do Alentejo, pelo motivo de o curso frequentado não se encontrar abrangido pelo Regulamento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º, que contempla os cursos de Licenciatura, Mestrado Integrado ou Mestrado, sendo a candidata estudante de um **Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP)**. -----

3) Leila Alves Martins Ferreira, 4.º ano, residente em Viana do Alentejo, pelo motivo de não cumprir o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, que estabelece que os candidatos não podem ter atingido, à data da candidatura, um número de inscrições superior à duração do ciclo de estudos que frequentam, sendo estudante de **Licenciatura**; -----

4)Filipa Quaresma Coelho, 5.º ano, residente em Viana do Alentejo, pelo motivo de não comprovar carência económica, não cumprindo o disposto na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, sendo estudante de **Licenciatura**; -----

5) Sofia Isabel Maia Fadista, 1.º ano, residente em Alcáçovas, pelo motivo de não comprovar carência económica, não cumprindo o disposto na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, sendo estudante de **Mestrado**.-----

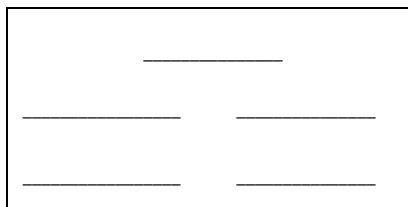
6) Ana Teresa Banha Grosso, 2.º ano, residente em Viana do Alentejo, pelo motivo de não comprovar carência económica, não cumprindo o disposto na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, sendo estudante de **Mestrado**; -----

7)Ana Teresa Banha Salsinha, 2.º ano, residente em Viana do Alentejo, pelo motivo de não comprovar carência económica, não cumprindo o disposto na alínea a) do artigo 4.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, sendo estudante de **Mestrado**. -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação do Auto de Medição, nº 10, referente à Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos n.º 10, referente à empreitada de requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo, no montante de 28.165,85 € (vinte e oito mil cento e sessenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos). -----

Ponto seis) Proposta de prorrogação do prazo da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo - Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, o 1º pedido de prorrogação da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo. -----

O Senhor Presidente informou que pretendia deixar uma pequena nota relativamente ao processo, esclarecendo que, na proposta, constava, por lapso, a data de 13 de janeiro de 2025,



quando deveria constar 13 de janeiro de 2026. Referiu, igualmente, que no parecer constava a data de 17 de janeiro de 2026, quando a data correta era 17 de janeiro de 2025. -----

Esclareceu que se tratava de uma troca nos anos, constituindo uma gralha que seria posteriormente corrigida no processo. -----

Submetida à votação a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ponto sete) Proposta de interdição temporária do trânsito num troço da Estrada de Vila

Nova, em Viana do Alentejo- O Senhor Vereador Luís Duarte, no uso da palavra, fez uma breve observação, referindo que o Senhor Presidente havia afirmado, por diversas vezes, que a Estrada de Vila Nova era uma das poucas estradas que se encontrava em boas condições, salientando que a mesma havia sido intervencionada no final do anterior mandato do Executivo do Partido Socialista. -----

Acrescentou que, segundo a sua perspetiva, a estrada já necessitava de alguns arranjos, considerando que o processo agora em apreciação demonstrava essa necessidade. -----

O Senhor Presidente esclareceu que, embora reconheça que a Estrada de Vila Nova necessita de intervenção, designadamente no troço situado à saída de Viana do Alentejo, a proposta em apreciação não se refere, neste momento, à realização dessa intervenção. -----

Esclareceu que, conforme resulta da documentação que integra o processo, a interdição temporária do trânsito em causa se destina a permitir a realização de trabalhos nas lajes situadas em frente ao Jardim de Infância do Centro Imaculado Coração de Maria, não estando em causa, nesta fase, uma intervenção de beneficiação da Estrada de Vila Nova no troço referido pelo Senhor Vereador. -----

Submetido a votação, o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto oito) Proposta de emissão de Licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas para a realização de um baile comemorativo do aniversário da coletividade, no dia 18 de janeiro de 2025 -

O Senhor Presidente informou que havia sido enviada aos Senhores Vereadores uma correção relativa à proposta constante da convocatória referente ao ponto número 8, esclarecendo que os documentos que integram o processo se encontram corretos, devendo, contudo, a designação da proposta passar a ter a seguinte redação: “Proposta de ratificação da emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáceres, para a realização de um baile comemorativo do aniversário da coletividade, no dia 18 de janeiro de 2025”. -----

Mais informou que, relativamente à data indicada, onde consta o dia 19 deverá constar o dia 17, uma vez que a licença especial de ruído teve início no dia 17, prolongando-se para o dia 18. O Senhor Presidente deu ainda nota de que os serviços procederam à elaboração da proposta de emissão da licença especial de ruído dentro do prazo adequado, tendo a dificuldade resultado do facto de o respetivo pedido ter dado entrada tardiamente, não permitindo que o assunto fosse submetido atempadamente à reunião da Câmara Municipal. -----

Submetido o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Concluída a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente verificou a existência de público na sala e questionou os presentes sobre a intenção de intervir. -----

Não se tendo registado quaisquer intervenções, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e dez minutos, tendo a minuta da presente ata sido aprovada, por unanimidade, no final da reunião. -----

_____	_____
_____	_____
_____	_____

Eu,

, Assistente Técnica, a subscrevi.

O Presidente

Os Vereadores